

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE

UNIDADE ACADÊMICA DE SAÚDE

CURSO DE BACHARELADO EM NUTRIÇÃO

TALYTA FERNANDES DE AZEVÊDO

**ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO NOS EQUIPAMENTOS E
PROGRAMAS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: um
estudo de caso no município de Cuité-PB**

CUITÉ/PB

2015

TALYTA FERNANDES DE AZEVÊDO

**ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO NOS EQUIPAMENTOS E PROGRAMAS DA
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: um estudo de caso no município de
Cuité-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Unidade Acadêmica de Saúde da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito obrigatório para obtenção de título de Bacharel em Nutrição, com linha específica em Saúde Pública.

Orientadora: Prof^a. Msc. Poliana de Araújo Palmeira

CUITÉ/PB

2015

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA NA FONTE
Responsabilidade Msc. Jesiel Ferreira Gomes – CRB 15 – 256

A994a Azevêdo, Talyta Fernandes de.

Alimentação e nutrição nos equipamentos e programas da secretaria de assistência social: um estudo de caso no município de Cuité - PB. / Talyta Fernandes de Azevêdo. – Cuité: CES, 2015.

62 fl.

Monografia (Curso de Graduação em Nutrição) – Centro de Educação e Saúde / UFCG, 2015.

Orientadora: Poliana de Araújo Palmeira.

1. Segurança alimentar e nutricional. 2. Assistência social.
3. Política nacional de assistência social. I. Título.

CDU 641.5

Dedico à minha mãe **Maria Gorete Fernandes**, com todo o meu amor.

Todo o meu reconhecimento pela sua compreensão.

Você é a minha inspiração, a minha força.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ser minha força e alicerce em todas as situações. Por ter me concedido a oportunidade de poder realizar um sonho, mesmo tendo que abrir mão de outros. Por me iluminar, guiar e amar.

À minha orientadora Poliana de Araújo Palmeira, por tudo que representou nessa caminhada a quem serei sempre grata pela oportunidade que me proporcionou. Por sua paciência, dedicação e compreensão. Obrigada por acreditar em mim e por ter segurado minha mão nos meus momentos de indecisão quando a pauta era TCC. Espero retribuir-lhe continuar a caminhada. Por tudo isto, a minha admiração por você aumenta, incessantemente.

Aos meus pais, João Rocha e Maria Gorete Fernandes pelo amor, apoio e incentivo sem medidas. Obrigada por acreditarem no meu sonho, e acima de tudo por sonharem junto comigo! Agora chega a hora de colher alguns frutos, espero poder retribuir de alguma forma tudo o que fazem por mim. Amo sem limites!

Aos meus irmãos, Rodrigo Fernandes e Rafaela Fernandes fortes incentivadores e colaboradores na minha formação. Não consigo definir a importância de vocês em minha vida. Perto ou longe, amor especial. Vocês são vocês, sempre! São os melhores e orgulhosamente MEUS irmãos!

Ao meu pequeno, Anthony. Espero que um dia minha ausência no seu crescimento faça sentido.

A minha família de Cuité, Raquel Vitorino, Josenias Melquiades, Normanda Cavalcante e Paloma Fernandes, com quem dividir sonhos, alegrias, tristezas e afiliações nesses anos de luta.

Vocês estão marcados pra sempre no meu coração. A Vanessa Nogueira, por compartilhar comigo as aflições nessa fase final do curso e por transformar minhas lágrimas em sorrisos nos momentos de desespero. Obrigada pelas madrugadas discutindo a metodologia do nosso TCC, foi essencial.

Agradeço no geral a todos da Secretaria de Assistência Social de Cuité, em especial, aqueles que cederam um pouco do seu precioso tempo para as entrevistas, que foram o alicerce desse estudo.

À banca, Vanille Valério Barbosa Pessoa Cardoso e Michelle Cristine Medeiros da Silva, que de forma gentil e cuidadosa, colaboraram para minha formação, e aceitaram compartilhar comigo esse momento, trazendo contribuições ímpares. Que Deus, me dê a capacidade de ser um profissional tão brilhante quanto vocês.

À todos os integrantes do Núcleo de Pesquisa e Estudos em Nutrição e Saúde Coletiva – NÚCLEO PENSO, pelos momentos de aprendizado.

"Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar."

(Paulo Freire)

RESUMO

Azevêdo, T. F. **Alimentação e Nutrição nos Equipamentos e Programas da Secretaria de Assistência Social: Um estudo de caso no município de Cuité-PB. 2015.** 83 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Nutrição) - Universidade Federal de Campina Grande- UFCG, Cuité, 2015.

Nos últimos anos a prática do nutricionista tornou-se fundamental no âmbito da rede pública de saúde e de educação, e mais recentemente com o desenvolvimento das políticas sociais, de superação da pobreza e de segurança alimentar e nutricional, este diálogo tem aproximado o profissional de nutrição do espaço da assistência social. Recentemente foi proposto o primeiro Consenso sobre Habilidades e Competências do Nutricionista no Âmbito da Saúde Coletiva (2013) que trata sobre a atuação do nutricionista nesta área. Neste contexto o curso de Nutrição do campus de expansão universitária da Universidade Federal de Campina Grande- UFCG, junto com a Secretaria de Assistência Social do município de Cuité mantém uma parceria desde 2010 com projetos de pesquisa, extensão e estágios curriculares dentro de todos os equipamentos que compõem esta secretaria. O objetivo geral desse estudo é analisar as potencialidades da inserção do profissional nutricionista nos equipamentos da assistência social a partir da análise de um estudo de caso na Secretaria de Assistência Social no município de Cuité. Trata-se de um estudo qualitativo e de caráter exploratório, que tem como público alvo gestores e responsáveis técnicos por equipamentos ou programas vinculados a secretaria de Assistência Social. Este estudo se realizou em duas etapas, a primeira constituiu-se de um mapeamento com o objetivo de agrupar todas as ações e programas existentes no município no âmbito da Assistência Social, e a segunda etapa consistiu da realização de entrevistas semi-dirigidas e áudio gravadas. No tocante a perspectiva de inserção do nutricionista nos equipamentos da Assistência Social, na menção de *Gestão de Programas* considerou-se insuficiente às falas relacionadas para o desenvolvimento de funções e as atribuições relativas a essa categoria, onde apenas dois informantes remeteram a inserção do nutricionista relacionada nos Programa Compra Direta e Banco de Alimentos. Outra parte da discussão realça sobre *Atenção Alimentar e Nutricional para indivíduos e grupos* e traz o olhar dos gestores para a atuação do nutricionista nestes equipamentos, e é vista como uma perspectiva possível, mas também restrita em alguns serviços como apenas para a

elaboração de cardápios e na aferição de peso e altura. As potencialidades de atuação sob ótica dos gestores nos equipamentos mapeados, foram associadas à qualificação dos serviços, ampliação das equipes, fortalecimento da intersetorialidade e o crescimento e evolução das ações e da Política da secretaria de Assistência Social. Essa experiência é um diferencial da gestão local em parceria com a UFCG, que vem proporcionando uma formação diferenciada do nutricionista, abrindo um novo espaço de discussão ampliando, qualificando e melhorando a formação dos acadêmicos, permitindo que o aluno adquira habilidades para atuar em políticas e programas distintos que sejam fundamentados na Segurança Alimentar e Nutricional.

Palavras Chave: Segurança Alimentar e Nutricional. Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social.

ABSTRACT

Azevêdo, T. F. **Food and Nutrition in the Equipment and program of the Department of Social Services: A case report in the city of Cuité, Paraíba, 2015.** 83 f. Course Conclusion Paper (Graduation in Nutrition) - Federal University of Campina Grande-UFCG, Cuité, 2015.

In the last years the practice of nutritionist has become essential in the context for public health and education system, and currently with the development of social policies, of poverty overcome and food and nutrition security, this dialogue has approached this professional space of the social assistance. It was recently proposed the first Consensus on Abilities and Nutritionist Skills on the Scope of Public Health (2013) which deals with the nutritionist performance in this area. In this context the course of Nutrition of the university expansion campus of the Federal University of Campina Grande-UFCG, alongside with the Secretary of Social Assistance of the city of Cuité maintains a partnership since 2010 with research projects, extension and curricular internship within all the equipment that make up this office. The general aim of this study is to analyze the insertion of the potential of professional nutritionist in the equipment of the social assistance from the analysis of a case study in the Secretary of Social Assistance in the city of Cuité. This is a qualitative study and exploratory character, which has as target audience managers and technicians responsible for equipment or programs linked to Secretariat of Social Assistance. This study was performed in two stages: the first consisted of a mapping in order to group all existing actions and programs in the city under the Social Assistance, and the second stage consisted of conducting semi-structured interviews and recorded audio. Regarding the nutritionist insertion perspective in the equipment of the Social Assistance, in the Program Management mention was considered insufficient to the related lines for the development of functions and tasks relating to that category, where only two informants remitted the nutritionist insertion related in the Direct Purchase Program and Food Bank. Another part of the discussion highlights on *Atenção Alimentar e Nutricional para indivíduos e grupos* (Food and Nutritional Counseling for individuals and groups) and features the attention of managers to the nutritionist performance in these devices, and is perceived as a possible perspective, but also restricted in some services as only for the elaboration of menus and weight and height test. The acting potentialities under optical

managers in the mapping equipment, were associated with the qualification of services, expansion teams, strengthening of the intersectorality and the growth and evolution of the actions and Policy of Social Assistance secretary, opening a new discussion space widening, qualifying and improving the training of academics, allowing the student to acquire skills to act in separate policies and programs that are based on the Food and Nutrition Security.

Keywords: Food and Nutrition Security. Social assistance. National Policy for Social Assistance.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC- Benefício de Prestação Continuada
CFN- Conselho Federal de Nutricionistas
CRN- Conselho Regional de Nutricionistas
CRAS- Centro de Referência da Assistência Social
CREAS- Centro de Referência Especializado da Assistência Social
DHAA- Direito Humano à Alimentação Adequada
ESF- Estratégia de Saúde da Família
FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
INAN- Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
LOAS- Lei Orgânica da Assistência Social
LOSAN- Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MDS- Ministério de Desenvolvimento Social
NASF- Núcleo de Apoio à Saúde da Família
PAA- Programa de Aquisição de Alimentos
PAIF- Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família
PAT- Programa de Alimentação do Trabalhador
PNAS- Política Nacional de Assistência Social
PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAN- Política Nacional de Alimentação e Nutrição
PRONAN- Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
PSB- Proteção Social Básica
SAN- Segurança Alimentar e Nutricional
SAPS- Serviço da Previdência Social
SEMAS- Secretaria Municipal de Assistência Social
SCFV- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo
SISAN- Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SISVAN- Sistema Nacional de Vigilância Alimentar e Nutricional
SUAS - Sistema Único de Assistência Social
SUS- Sistema Único de Saúde
UAN- Unidade de Alimentação e Nutrição

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 OBJETIVOS	13
2.1 Objetivo Geral.....	13
2.2 Objetivo Específico.....	13
3 REFERENCIAL TEÓRICO	14
3.1. A Evolução e Formação do Profissional Nutricionista.....	14
3.2. Atuação do Nutricionista no Campo da Saúde Coletiva.....	17
3.3. Política de Desenvolvimento Social: SUAS e SISAN.....	19
4 METODOLOGIA	23
4.1 Desenho e Local de Estudo.....	23
4.2 Etapas da Pesquisa de Campo e Técnicas de Coleta.....	24
4.3 Aspectos Éticos.....	26
4.4 Análise de Dados.....	26
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	27
5.1 Equipamentos e Programas vinculados a Secretaria da Assistência Social de Cuité.....	27
Á perspectiva de atuação do nutricionista nos Equipamentos da Assistência Social.....	31
<i>Gestão de Programas</i>	31
<i>Atenção Alimentar e Nutricional para indivíduos e grupos</i>	34
5.2 Potencialidades de Atuação do Nutricionista.....	37
5.2.1 Qualificação dos Serviços.....	37
5.2.2 Ampliação das Equipes.....	39
5.2.3 Fortalecimento da Intersetorialidade.....	42
5.2.4 Crescimento e Evolução das ações e da Política municipal de Assistência Social.....	44
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
7 REFERÊNCIAS	49
8 APÊNDICES	58

1. INTRODUÇÃO

A fome e a pobreza são problemas que marcam a história da sociedade brasileira. No campo político nos últimos anos, a discussão e as políticas de superação da fome e da pobreza vem ganhando novos espaços de intervenção devido a gama de políticas públicas atualmente implementadas, como aquelas relacionadas com o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Neste sentido, o objetivo da política de SAN ultrapassa os conceitos de fome e de pobreza, visando assegurar não apenas o acesso permanente a alimentos em quantidade suficiente, mas sim, pretende implementar programas que reorientem os meios de produção e abastecimento de forma a incentivar o consumo de alimentos de qualidade que promovam a saúde e a sustentabilidade ambiental, sem o comprometimento dos outros direitos essenciais do cidadão (MALUF; REIS, 2013).

Assim, considerando a natureza intersetorial da política de SAN o campo da alimentação e nutrição, enquanto ciência e atuação prática de diferentes profissionais, a exemplo do nutricionista, dialoga com políticas públicas geridas em diferentes setores governamentais como Agricultura, Assistência Social, Saúde e Educação (CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS, 2014).

Nesse sentido, recentemente foi proposto o primeiro Consenso sobre Habilidades e Competências do Nutricionista no Âmbito da Saúde Coletiva (2013) que trata sobre a atuação do nutricionista nesta área. A publicação aponta que ao longo dos últimos anos o profissional nutricionista tornou-se fundamental na condução de políticas na rede pública de saúde e de educação. Mais recentemente, com o desenvolvimento das políticas sociais e de SAN, este diálogo tem aproximado este profissional do espaço e da prática de intervenção da Assistência Social (BRASIL, 2006).

Neste contexto visando uma formação ampla e coerente com as políticas vigentes, o curso de nutrição do campus de expansão universitária da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, situada em Cuité um município de pequeno porte localizado no Curimataú do estado da Paraíba, no ano de 2010 iniciou uma parceria por meio de projetos de pesquisa, extensão e estágios curriculares com a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS).

Cabe salientar, que a prática de atuação do nutricionista no espaço da Assistência Social não é relatada nem pelo Conselho Federal de Nutricionistas (CFN) e

nem na literatura, apesar da expansão no número de cursos ofertados de Graduação de Nutrição ao longo dos anos, o que conseqüentemente aumenta o número de profissionais e as áreas de atuação. Dessa forma, a profissão de nutricionista passa a cada dia por transformações, que configuram-se em mudanças no mercado de trabalho, e em oportunidades, que antes, eram restritas as tradicionais áreas de atuação, e se estendem atualmente a outras áreas de atuação, como as políticas e programas de SAN e DHAA, especialmente geridos na assistência social.

Portanto, esse trabalho tem o intuito de caracterizar as potencialidades de um destes campos de atuação do nutricionista especificamente dentro dos serviços da Assistência Social, por meio de um estudo de caso realizado no município de Cuité-PB. Assim, se constitui como uma oportunidade de visualização da perspectiva da inserção do nutricionista dentro dos equipamentos e programas da assistência social, incentivando a expansão do olhar de gestores, profissionais envolvidos e acadêmicos sobre a prática profissional e as possibilidades de desenvolvimento de ações voltadas à alimentação e nutrição, de maneira intersetorial.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar as potencialidades da inserção do profissional nutricionista nos equipamentos da assistência social a partir da análise de um estudo de caso na Secretaria de Assistência Social no município de Cuité;

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Caracterizar os equipamentos, os programas e as ações desenvolvidas no âmbito da Política municipal de assistência social do município de Cuité- PB;
- Identificar e caracterizar os espaços e as práticas de atuação dos profissionais nutricionistas nos possíveis espaços da assistência social, segundo o olhar dos gestores locais.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 A EVOLUÇÃO E FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL NUTRICIONISTA

A expansão do campo da alimentação e nutrição se deu com a criação e propagação do principal e primordial protagonista desse campo de atuação: o nutricionista. No Brasil, esta expansão teve destaque na década de trinta nos principais centros urbanos da época, com a criação do curso de Dietista na Faculdade de Higiene e Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP), descentralizando anos depois para outros centros urbanos do país (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NUTRIÇÃO, 1991).

A profissão do nutricionista surgiu com o entendimento da necessidade da atuação de um profissional com a responsabilidade de prestar assistência ao paciente por meio da alimentação dentro das unidades hospitalares, depois na produção de refeições dentro dos serviços de unidades de alimentação coletivas, e posteriormente se destacou na atuação em saúde coletiva atuando junto às políticas e programas institucionais (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NUTRIÇÃO, 1991).

A expansão da profissão se deu devido à busca de um estado de alimentação caracterizado pelos princípios de sobriedade, moderação e equilíbrio, ou seja, uma alimentação racional. Dessa forma, no Brasil surgiram algumas propostas como o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), e a implementação do Programa do Trabalhador, que se destacaram pela amplitude e público atingido (AKUTSU, 2001). O SAPS, criado em 1940 pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio tinha como objetivo “assegurar condições favoráveis e higiênicas a alimentação dos segurados dos Institutos de Caixas de Aposentadoria e Pensões”. E foi a necessidade de educar a população sobre a temática da nutrição, que através da criação do SAPS, formou-se a primeira turma de nutricionistas, em 1943 (L' ABATTE, 1982, apud TOLOZA, 2003).

A evolução da profissão se deu nos anos de 1976 a 1984 quando foi instituído o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN), desenvolvido pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) que surgiu como forma de melhorar as condições nutricionais dos trabalhadores de classe média social

(AKUSTSU, 2001). Uma das diretrizes do II PRONAN era exatamente, estimular o processo de formação e capacitação de recursos humanos em nutrição, inserindo o nutricionista dentro do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), e isso fez com que acontecesse uma vasta expansão do curso de graduação em nutrição (VASCONCELOS, 2002).

Nesse mesmo período foram criados os Conselhos Federal e Regionais de Nutricionistas, o CFN, com o poder para normatizar, orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício e as atividades da profissão de nutricionista em todo o território nacional, em defesa da sociedade. E os CRN, distribuídos pelos estados brasileiros, para cumprir as normas que regem a profissão e realizar as atividades de fiscalização e orientação ético-profissional em suas respectivas jurisdições. Até o primeiro trimestre de 2014, tínhamos mais de 124.852 profissionais cadastradas ou registradas nos dez CRN, distribuídos nas áreas de Alimentação Coletiva, Nutrição Clínica, Saúde Coletiva, Ensino/Docência e Esporte (CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS, 2014).

Em termos de formação, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em nutrição, esse profissional deve ter formação generalista, humanista e crítica. Devendo esse ser capacitado para atuar, visando sempre à segurança alimentar e a atenção dietética dos pacientes/ clientes, em todas as áreas do conhecimento em que o alimento e a ciência da nutrição se apresentem fundamentais para a promoção, manutenção e recuperação da saúde, visando assim contribuir para a melhoria da qualidade de vida (BRASIL, 2001).

A explosão de cursos de nutrição por todo o país promoveu a diversificação de atuação no mercado de trabalho, fato que acontece até os dias atuais. A ampliação das competências e habilidades deste profissional ganha a cada dia novos olhares, o que permite a construção de uma identidade profissional de formação dinâmica, voltada para atender as necessidades da sociedade de acordo com a realidade encontrada, não restringindo apenas para as áreas da saúde, indústria e saúde pública (BRASIL, 2001).

Uma das áreas de atuação do nutricionista que é bastante requerida é da produção de refeições nas Unidades de Alimentação e Nutrição (UAN). Nesse local é de competência do nutricionista atividades que se enquadram nas funções técnicas, administrativas, comerciais, financeiras, contábeis e de segurança (TEIXEIRA; MILET; CARVALHO et all, 2007). Sendo também de sua responsabilidade contribuir para promover, preservar e recuperar a saúde do homem, tendo ainda, como princípio básico, o bem-estar do indivíduo e da coletividade, no empenho da promoção da saúde, em

especial quanto à assistência alimentar e nutricional (CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS, 2004).

A área da nutrição clínica é a que tem a atuação mais vigorosa, segundo o CFN, tendo os hospitais (clínicas, banco de leite, lactários) ambulatoriais, clínicas particulares e Spas como principais locais de trabalho para o atendimento a pacientes internos e externos. Suas atribuições nessa área estão ligadas a assistência dietoterápica hospitalar, ambulatorial e em consultórios de nutrição e dietética, prescrevendo, planejando, analisando, supervisionando e avaliando dietas para enfermos (CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS, 2005).

O CFN (2005) define as atribuições como educação, orientação e assistência nutricional e coletiva, para a atenção primária em saúde de competência ao nutricionista no âmbito da saúde coletiva. Nessas atividades, o nutricionista passa a integrar uma equipe multidisciplinar envolvida em inúmeras atividades que envolvem a alimentação e nutrição como pilar.

O nutricionista pode ainda, optar por atuar na área de docência. Nessa área, cabe às atribuições ligadas a: direção, coordenação e supervisão de cursos de graduação em Nutrição e cursos da área de saúde e outros afins (CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS, 2005).

A diversidade no mercado de trabalho abre um leque de campos de atuação para o nutricionista, em atividades que envolvem diretamente a qualidade de vida da população. Um espaço recente que vem sendo conquistado pelo nutricionista, são os Núcleo de Saúde da Família - NASF, além da obrigatoriedade de atuação nos planos de saúde, banco de leite humano, setores responsáveis pelo transplante de células tronco, como também instituições que cuidam de idosos e atendimento domiciliar (SILVA, 2008). O nutricionista pode atuar ainda em tecnologia de alimentos, consultoria, marketing, assessoria, hotelaria, personal diet, nutrição em estética, gastronomia, nutrição biomolecular, nutrição esportiva, nutrição especial (Diet/ Light) e outros (CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS, 2001).

Apesar dos avanços da profissão, ainda há novos espaços a ocupar, não apenas no setor da saúde, mas em novas áreas de atuação onde a ciência da nutrição se faz presente, evidenciando dessa forma o crescimento do nutricionista no mercado de trabalho, que a cada dia se abre novas portas para sua atuação e aprimoramento.

3.2 ATUAÇÃO DO NUTRICIONISTA NO CAMPO DA SAÚDE COLETIVA

A ciência da nutrição vem se expandindo consideravelmente dentro da sociedade, devido às inúmeras mudanças ocorridas no estilo de vida contemporâneo atual. O campo de atuação para este profissional da saúde vem se destacando devido aos diferentes setores e políticas públicas possíveis de sua atuação. Há algum tempo, a atuação deste profissional, no campo da saúde coletiva ainda era considerada incipiente, quando comparado, por exemplo, a atuação na área clínica (BOOG, 2008).

Na Saúde Coletiva, o campo de atuação do nutricionista se dá principalmente juntos aos órgãos e departamentos governamentais, na coordenação de programas de suplementação alimentar e de alimentação escolar (GOUVEIA, 1999). No ano de 2005, o CFN lançou a Resolução nº 380, onde dispõe sobre as áreas de atuação e atribuições do nutricionista no campo da Saúde Pública, sendo este considerado como um passo importante para a sustentação da área desse profissional. Compete ao nutricionista, enquanto profissional de saúde, conforme o art. 1º da Lei 8.234, de 17 de setembro de 1991, “zelar pela preservação, promoção e recuperação da saúde”, portanto, segundo esta norma, o nutricionista pode atuar na área da Alimentação Coletiva, Nutrição Clínica, Saúde Coletiva, Docência, Indústria de Alimentos, Nutrição em Esportes, Marketing na área de Alimentação e Nutrição.

Uma publicação lançando em 2013, intitulado como o Consenso sobre habilidades e competências do nutricionista no âmbito da Saúde Coletiva, que traz o conjunto de desafios do trabalho do nutricionista dentro da saúde coletiva, ressaltando a importância do desenvolvimento das habilidades e das competências deste profissional dentro de cada área de atuação, para que assim seu trabalho tenha mais destaque e eficácia, principalmente no campo da saúde pública.

Visando alcançar a eficiência do trabalho do nutricionista, a publicação apresenta as competências do profissional, em especial na área da Saúde Coletiva nos seguintes eixos temáticos: Gestão da informação e conhecimento (trabalho em rede); Capacidade em instrumentos analíticos (epidemiologia, sistemas de vigilância alimentar e nutricional, estatística, técnicas de pesquisa, ação baseada em evidências); Nutrição humana (avaliação nutricional, necessidades nutricionais no curso da vida, guias alimentares); Alimentos (higiene e tecnologia de alimentos, vigilância de alimentos,

técnica dietética, fortificação, regulação); Sistemas alimentares (produção de alimentos, sistemas de abastecimento e comercialização, produção agroecológica, dinâmica dos sistemas alimentares, determinantes comerciais e econômicos dos sistemas alimentares); DHAA, SAN, Soberania Alimentar; Sistemas de políticas públicas: saúde, educação e SAN; Gestão e coordenação de programas, projetos e ações, gestão pública; Atenção nutricional (de indivíduos e coletividades, ação a nível familiar e comunitário); Promoção da saúde e educação alimentar e nutricional (comportamento e cultura alimentar, culinária, estratégias, recursos e ações); Ética e prática profissional (trabalho em equipe, ética, conflito de interesses, relação público-privado, postura profissional) e Liderança e Gestão de Pessoas. Cabe salientar que parte destas competências citadas não são exclusivas da atuação em Saúde Coletiva, e que já estão presentes em diferentes campos de atuação do nutricionista (RECINE; MORTOZA, 2013).

Segundo Boog (2008) o campo da Saúde Coletiva, compreende quatro sub-áreas de trabalho: Políticas e Programas Institucionais, Atenção Básica em Saúde, Programa Saúde da Família e Vigilância em Saúde. Assim este profissional é capacitado para atuar nas Secretarias da Saúde e Educação, buscando sempre o desenvolvimento de ações articuladas entre os diferentes setores que compõem a Gestão Pública (REVISTA DO CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS 2, 2009).

Nas secretarias de Saúde, o CFN entende que a alimentação saudável é fundamental para uma boa qualidade de vida, assim prevê a inserção desse profissional nos programas e ações da Atenção Básica à Saúde, por meio das ações da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) que visa atuar em grupos de diferentes faixas etárias, tendo como principal objetivo integrar ações preventivas, promocionais e assistenciais (BRASIL, 2012a). Em especial, o profissional nutricionista ganhou espaço nas equipes de Estratégia de Saúde da Família (ESF), na qual deve atuar visando assegurar o direito da população ao acesso de informações sobre alimentação saudável, prevenindo desta forma, doenças e recuperando a saúde por meios das ações educativas e de orientações adequadas para cada etapa da vida, seja em atendimento individual como coletivo. Esse profissional é o único evidentemente habilitado e capacitado para recomendar sobre os cuidados com a alimentação e a saúde, dentro da equipe multiprofissional da ESF (GEUS; MACIEL; BURDA et all. 2011).

A inserção do nutricionista na Atenção Básica se deu especialmente com a criação do NASF, que atuam junto às equipes da ESF visando fortalecer as ações de promoção, prevenção, diagnóstico e tratamento. A Portaria nº 154 aponta as

responsabilidades do nutricionista dentro do NASF sendo elas: coordenação de ações de diagnóstico e monitoramento do estado nutricional para todas as fases do curso da vida, com estímulo a promoção e ao consumo dos alimentos saudáveis produzidos regionalmente, assim como capacitar as ESF para ações vinculadas ao programa de controle e prevenção de distúrbios nutricionais (BRASIL, 2008).

Na Secretaria da Educação, o nutricionista é responsável pelo Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), universalizado em 1994 com o objetivo de garantir a oferta de alimentação durante o período de permanência na escola a todos os alunos regularmente matriculados na rede pública e filantrópica brasileira na perspectiva de não apenas servir o alimento, mas promover a formação de hábitos alimentares saudáveis e incentivar a economia local por meio da compra dos gêneros alimentícios. Compete ao nutricionista, no PNAE, a responsabilidade por elaboração dos cardápios, como também por pesquisas de aceitação da merenda escolar, além do acompanhamento do estado de saúde dos beneficiários, buscando identificar possíveis restrições e distúrbios, além de elaboração de manuais de boas práticas e articulações com a agricultura familiar (BRASIL, 2014).

Na perspectiva da intersetorialidade, a política de SAN dialoga com a saúde, educação e também com assistência social, por meio de ações e programas que visam garantir o acesso ao alimento de qualidade e seguro, a todos que necessitam, e não apenas amenizando a fome, mas contribuindo para a efetivação do DHAA de forma efetiva (SANTOS, 2007).

Buscando equacionar ou amenizar a questão alimentar, o nutricionista atuante na saúde pública, deve sempre estar apto a levar informações de conscientização para a sociedade ou mobilização para o governo, para que assim busquem métodos que enriqueçam na busca pela oferta de uma melhor qualidade de vida (GOUVEIA, 1999).

3.3 POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL: SUAS E SISAN

A Política da Nacional de Assistência Social (PNAS) vem ganhando densidade devido aos inúmeros avanços ao longo dos anos, o que tem edificado passos importantes dentro do campo da proteção social. Esta política é baseada em um modelo sistêmico deixando de lado seu antigo modelo assistencialista de ações fragmentadas,

passando a exercer suas demandas com um novo olhar, direcionado para a efetivação de direitos (PEREIRA, 2004).

Nessa perspectiva, alguns objetivos são apresentados pelo PNAS, sendo o primeiro prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem; e o segundo é: contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural, e assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2005).

A atuação da Assistência Social é baseada em princípios e diretrizes tendo como objetivo garantir o atendimento às necessidades básicas e proporcionar o desenvolvimento pessoal, familiar e social, bem como, oportunizar a capacitação, facilitando a inserção no mercado de trabalho e a geração de renda. Dentre seus princípios, destacam-se o da universalização dos direitos sociais; o respeito à dignidade do cidadão; o direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar. As balizas para a ocorrência destes atendimentos devem respeitar a descentralização político-administrativa e a participação da população, tendo a centralidade das ações na família (BRASIL, 2005).

Dentro do seu desenho institucional, a PNAS é efetivada por meio da estruturação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) responsável pela regulação de todos os programas, serviços e projetos. Este é um sistema federalista, recente, descentralizado e participativo, implantado por cerca de sete anos, e previsto na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (BRASIL, 2005). A LOAS veio com um cunho inovador para a Assistência Social por meio da universalização dos direitos da população, e por apontar caminhos alternativos visando à garantia dos direitos humanos (PEREIRA, 2004).

O SUAS – aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social em julho de 2005 por meio da Norma Operacional Básica/SUAS – é conceituado como um sistema descentralizado, participativo e não contributivo, e apresenta como eixos estruturantes: (I) Precedência da gestão pública da política; (II) Alcance de direitos sócio assistenciais; (III) Matricialidade sócio-familiar; (IV) Territorialização; (V) Descentralização político-administrativa; (VI) Financiamento partilhado entre os entes federados; (VII) Fortalecimento da relação democrática Estado-sociedade civil; (VIII) Valorização da presença do controle social; (IX) Participação popular; (X) Qualificação de recursos

humanos; (XI) Informação, monitoramento, avaliação e sistematização de resultados (PEREIRA, 2004).

O SUAS está voltado para a articulação de responsabilidades, vínculos e hierarquia do sistema de serviços, benefícios e ações de assistência social, de caráter permanente ou eventual, em todo o território nacional, de acordo com o critério de universalidade e de ações hierarquizadas e articuladas (COUTO, YAZBEK, SILVA et all. 2013).

Para a efetivação do SUAS são estabelecidas algumas atribuições, uma delas é a gestão compartilhada entre os três entes federativos, essa divisão de responsabilidades permite expandir as ações de assistência social, visando instalar, regular e manter o direito do cidadão, como dever do Estado. É de sua competência ainda, em todo o território nacional, organizar a hierarquia, os vínculos e as responsabilidades do sistema cidadão de serviços, benefícios, programas, projetos e ações de assistência social, de caráter permanente e eventual, sob critério universal e com uma lógica de ação em redes hierarquizadas, porém, respeitando a diversidade e desigualdades das regiões no planejamento e na execução das ações (PEREIRA, 2004).

Com todos os avanços, a aprovação do SUAS só ocorreu em 2005 baseada em três funções prioritárias: Proteção Socioassistencial, que é o conjunto de todos os serviços e programas; Defesa Social e Institucional, que é a garantia ao acesso a informações sobre direitos e também de defesa; e por último a Vigilância Social, que corresponde ao planejamento, produção, organização e sistematização de informações sobre a realidade socioterritorial, que busca identificar áreas de vulnerabilidade social (RIZZOTTI e SILVA, 2013). Essas três funções prioritárias “se interrelacionam e se complementam no sistema descentralizado e participativo, construindo as referências centrais para a organização dos serviços socioassistenciais” (BRASIL, 2009a).

A proteção socioassistencial e os equipamentos e programas que compõem o SUAS são divididos em dois tipos de proteção: a Proteção Social Básica e Proteção Especial. O primeiro nível de proteção é realizado por meio das atividades desenvolvidas nos Centros de Referência Assistência Social (CRAS), que visam à proteção de vulnerabilidades associados aos ciclos de vida. São unidades públicas estaduais de base territorial que organiza e coordena a rede prestadora de serviços locais. Esse nível de proteção é focado na prevenção de violação de riscos e ainda no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Enquanto que a Proteção Especial atua no atendimento a direitos violados, seja em situações de média ou de alta

complexidade, são representados pelos serviços do Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS, responsáveis pelas demandas de média complexidade, e os de alta complexidade por albergues e instituições de longa permanência (IPEA, 2008).

Esses serviços são espaços que fortalecem a PNAS e o SUAS por desenvolverem trabalhos sociais com as famílias, como prevê os eixos estruturantes da política (TEXEIRA, 2010). Assim, é por meio dos serviços do CRAS e do CREAS, e todos os programas vinculados a estes equipamentos, que as políticas sociais se consolidam, por permitirem o reconhecimento das desigualdades sociais, violação de direitos e a identificação das famílias em vulnerabilidade e risco social, direcionando aquelas que necessitam de demandas diferenciadas por parte dos serviços governamentais (BRASIL/ SUAS 2009a).

Na perspectiva da intersetorialidade do enfrentamento dos problemas sociais, o SUAS deve dialogar com outros sistemas públicos a exemplo do Sistema Único de Saúde (SUS) que visa assegurar o direito de todos à saúde, e mais recentemente o SISAN, criado por meio da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que propõe assegurar o direito humano à alimentação adequada no território brasileiro. Este é um sistema público, de gestão intersetorial e com a participação dos três níveis de governo, cabendo ao estado garantir aos que habitam no Brasil o acesso a alimentação adequada e de qualidade, visando à soberania alimentar (BRASIL, 2011). O conceito de SAN evolui na medida em que avança a história da humanidade e alteram-se a organização social e as relações de poder em uma sociedade. Dessa forma “ Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” (CONSEA, 2004).

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) tem como principais objetivos formular e implementar políticas e planos de SAN, como também estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da SAN em todo o território nacional. De maneira ampla, o SISAN se destina a identificar sobre a situação

alimentar e nutricional no país, permitindo um conhecimento específico da situação-problema e buscando soluções cabíveis para a efetivação do DHAA (BRASIL, 2009b).

Dessa forma, o SISAN é o meio pelo qual o poder público junto com a sociedade civil formula, articula e implementa, de maneira intersetorial, os serviços, planos, programas e ações de SAN nos âmbitos nacional, estadual e municipal. É de responsabilidade do Ministério de Desenvolvimento Social – MDS criar estratégias para implementar o SISAN nas cidades, por meio de convênios que visam o fortalecimento e consolidação do sistema (BRASIL, 2010).

Tanto o SUAS como o SISAN são políticas federais, geridas pelo MDS, e que integram o escopo de políticas públicas que visam à proteção social de famílias em situação de vulnerabilidade social. O SUAS desenvolve ações que almejam à redução das desigualdades, inserção social e o exercício de direitos, inclusive o da alimentação, estabelecendo assim, uma ponte de diálogo com o SISAN que promova desenvolvimento econômico e social local, por meio da reorganização dos sistemas de produção e consumo de alimentos. Assim, são marcadas por importantes avanços, voltados para a realização do direito humano à alimentação adequada, para a promoção da soberania, e da SAN no país (NUNES; ARAÚJO, 2011).

4. METODOLOGIA

4.1 Desenho e local do estudo

Trata-se de um estudo qualitativo e de caráter exploratório, que tem como público alvo gestores e responsáveis técnicos por equipamentos ou programas vinculados a SEMAS de Cuité. Este se localiza na microrregião do Curimataú ocidental paraibano e possui 19.978 habitantes, e extensão territorial de 742 km², com maior área rural, caracterizado assim como um município de pequeno porte (IDH, 2013). Dados do IBGE revelam a vulnerabilidade social deste município, que apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano insatisfatório (0,591) quando comparado com o estado da Paraíba (0,66) e Brasil (0,77), o que reforça a importância das ações voltadas à assistência social para o município. No ano de 2014 Cuité contava com 12 secretarias, a saber: Planejamento e Gestão, Transportes, Saúde, Educação, Juventude e Esportes,

Infraestrutura e Obras, Cultura e Turismo, Finanças, Agricultura, Administração, Gabinete da prefeita e a da Assistência Social.

Considerando a existência de um campus de expansão da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) o qual conta com um curso de graduação em Nutrição, foi iniciada em 2010 uma aproximação dos docentes e acadêmicos deste curso com as diferentes secretarias de gestão pública do município de Cuité, em especial com a Secretaria de Assistência Social por meio da realização de atividades práticas de disciplinas, projetos de pesquisa e de extensão. Essa parceria permite que o graduando interaja na equipe dos diferentes serviços da SEMAS seja no CRAS, no CREAS, Serviço Convivência e Fortalecimento de Vínculo Familiar (SCFV) I, II e III e programas desta secretaria. Este espaço de parceria construído se deu especialmente devido a quantidade de ações e projetos estruturados que são desenvolvidos nesses serviços, que tem como finalidade assegurar a realização de direitos e melhorar a qualidade de vida da população. Assim, os acadêmicos de nutrição desenvolvem diferentes tipos de atividades referentes ao processo de formação profissional sob orientação de docentes da UFCG.

4.2 Etapas da pesquisa de campo e coleta de dados

A metodologia deste estudo prevê a realização de entrevistas com gestores e responsáveis técnicos vinculados a SEMAS de Cuité, e para tanto este estudo se realizou em duas etapas, a primeira constituiu-se de um mapeamento com o objetivo de agrupar todas as ações e programas existentes no âmbito do SUAS do município de Cuité, com o objetivo de descrever o sistema local e de identificar informantes-chave a serem entrevistados na etapa seguinte. O mapeamento foi realizado considerando a observação da pesquisadora e dados de um projeto intitulado de “Segurança Alimentar e Nutricional: uma análise longitudinal das políticas públicas e da situação de insegurança alimentar da população”, realizado pela equipe do Núcleo de Pesquisa e Estudos em Nutrição e Saúde Coletiva (Núcleo Penso) que coletou e disponibilizou para este estudo dados sobre as políticas públicas de SAN no município de Cuité no ano de 2014.

Ao final do mapeamento, foram identificados os seguintes equipamentos, programas ou ações: CRAS Urbano “Joana D’ arc da Fonseca”, CRAS Rural Bujari e

Serra do Bombocadinho, CREAS “Maria Violeta Barbosa de Sousa”, SCFV I, II e III, Programa Bolsa Família, Programa de Distribuição de Cestas de Alimentos, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Banco de Alimentos. Este conjunto de equipamentos e programas conduziram a um universo de 8 gestores e responsáveis técnicos a serem entrevistados, visto que, os programas de Distribuição de Cestas de Alimentos, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Banco de Alimentos são de responsabilidade de uma única gestora, assim como o CRAS Joana D’arc da Fonseca e Serra do Bombocadinho.

A segunda etapa consistiu da realização de entrevistas semi-dirigidas e áudio gravadas, com o auxílio de gravador de voz digital entre os meses de agosto e setembro de 2014, considerando o roteiro apresentado no Apêndice 1. A média de tempo das gravações para cada sujeito foi de 08:27 min. e 22:20 min. Antes da entrevista ser gravada, todo o projeto era devidamente apresentado, e com a autorização dos informantes-chave se iniciou a gravação. As entrevistas foram iniciadas com o apoio de uma tarjeta que continha a seguinte reflexão "A temática da alimentação e nutrição nos equipamentos de Assistência Social". A frase era então lida pela entrevistadora, que em seguida questionava quais informações vinham à mente do entrevistado, com o objetivo de que este expressasse livremente o que enxerga do conteúdo teórico e prático da alimentação na secretaria em que trabalha.

No decorrer da entrevista as perguntas foram direcionadas sobre como se davam as ações sobre esta temática dentro de cada programa ou setor, caminhando assim para perguntas focadas nas possíveis parcerias, fragilidades e potencialidades na execução destas ações. Ao final da entrevista os informantes-chave foram questionados sobre "A atuação do nutricionista nos equipamentos de Assistência Social", sendo novamente apresentado uma tarjeta com a questão, com o objetivo de conduzir de maneira mais clara o direcionamento das perguntas. Todos os entrevistados tiveram o tempo aberto para responder as questões da forma como desejassem.

As entrevistas foram agendadas conforme disponibilidade do entrevistado, e com o consentimento do mesmo, foram gravadas e transcritas, para análise exploratória do conteúdo. Cabe ressaltar que as visitas para realização das entrevistas nos equipamentos da assistência social, foram extremamente ricas e todos os profissionais foram receptivos e colaboradores com a pesquisadora.

4.3 Aspectos éticos

Foi solicitada a autorização por escrito dos entrevistados vinculados a Secretaria de Assistência Social, informando-lhes sobre os procedimentos da pesquisa e considerações éticas através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e Termo de Autorização do Uso da Voz dos indivíduos para participarem desse estudo (Apêndices 2 e 3), garantindo-se a confidencialidade e o anonimato das informações.

O projeto de pesquisa foi submetido e aprovado á análise pela Comissão de Ética da Universidade Federal de Campina Grande, comprovado pelo processo nº 37180314.5.0000.5575.

4.4 Análise de dados

A análise de dados proposta neste estudo engloba inicialmente a apresentação do SUAS municipal com seus equipamentos e programas, posteriormente a perspectiva de inserção do profissional nutricionista neste sistema, com a identificação segundo os gestores de atividades a serem realizadas por estes profissionais, e em um terceiro momento da análise serão apresentadas as potencialidades identificadas com a leitura exploratória dos dados.

As entrevistas foram transcritas na íntegra pela autora, na segunda etapa foi realizada análise descritiva de dados, que é um tipo de análise de conteúdo temático. Dessa forma, a análise temática traz a noção de tema relacionado a uma afirmação sobre determinado assunto, e o tema é considerado uma unidade de registo para estudar motivações de opiniões, valores, atitudes, crenças, entre outras (MINAYO, 2006).

Assim, a análise temática contou com a leitura flutuante do corpus de estudo a ser analisado, ou seja, as falas dos informantes-chave da SEMAS. Por meio de leituras flutuantes do material, foi possível um contato mais profundo com as informações coletadas, permitindo-se assim uma interpretação dos dados e a definição *posteriori* de categorias baseada também no Consenso sobre Habilidades e Competências do Nutricionista no âmbito de Saúde Coletiva (2013) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais (2005) que reforçam sobre os campos de atuação desse profissional,

ênfatizando atividades vinculadas ao campo da alimentaçaõ e nutriçaõ nos diferentes setores.

Foi possível organizar o conteúdo das questões em duas categorias relativas à prática profissional do nutricionista: a primeira classe faz mençaõ aos fatores relacionados à “*Gestãõ de Programas*”, que estãõ relacionados segundo o Consenso 2013 a atribuições do nutricionista na realizaçaõ de atividades ligadas ao planejamento e a Gestãõ de programas de ações do conhecimento e informaçaõ; Diagnóstico para definir programas e prioridades; Monitoramento e avaliaçaõ e Implementaçaõ de programas e ações vinculados que tratam da política de SAN.

A segunda categoria trata da “*Atençãõ alimentar e nutricional para indivíduos e grupos*” que remete ao trabalho realizado com atendimento individual ou coletivo na comunidade, por meio da: Promoçaõ da Saúde e da alimentaçaõ adequada e saudável; Diagnóstico e monitoramento de pessoas e grupos; Aconselhamento nutricional (RECINE; MORTOZA, 2013).

Para finalizar, o terceiro momento de análises das entrevistas no terceiro constitui da exploraçaõ do conteúdo das falas, identificando assim as potencialidades acerca da atuaçaõ do nutricionista dentro dos diferentes equipamentos da assistênciã social.

Todo material foi lido cuidadosamente, buscando encontrar a unidade de análise e posteriormente agrupado de acordo com a unidade de semelhança com as categorias definidas. Para isso todo o material foi impresso e etiquetado para identificar as categorias temáticas. Após as análises todo o material foi guardado pela pesquisadora.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Equipamentos e programas vinculados à Secretaria de Assistênciã Social de Cuité

Atualmente, a Secretaria de Assistênciã Social executa a Gestãõ do tipo plena, e está estruturada de acordo com as novas classificações dos programas e servições da PNAS, que prevê intervenções para a Proteçãõ Social Básiã e a Proteçãõ Social

Especial de Média Complexidade (BRASIL, 2004). O quadro 1 apresenta o resultado do mapeamento de todos os programas e ações realizadas na secretaria de Assistência Social desenvolvidos no município de Cuité segundo a PNAS. Trazendo os programas ações, juntamente com o equipamento que executa e ainda o objetivo de cada programa ou ação desenvolvida no âmbito desta secretaria.

A Proteção Social Básica trabalha em especial com a prevenção de situações de risco e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Esse nível de proteção é destinado para a população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação e / ou fragilização de vínculos afetivos, como também, com os titulares do Programa Bolsa Família (BRASIL, 2005). Os Serviços de Proteção Social Básica têm caráter preventivo, protetivo e proativo, e estão divididos em três principais serviços de atuação: Serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), SCFV e Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosos, sendo o serviço do PAIF ofertado exclusivamente no CRAS (RESOLUÇÃO Nº 109, 2009).

No tocante ao município de Cuité foram mapeados os serviços do CRAS Urbano “Joana D’arc da Fonseca” e na zona rural o CRAS- Bujari e o CRAS Serra do Bombocadinho. Este equipamento é considerado como a porta de entrada para o cidadão acessar seus direitos socioassistenciais. Seu foco de atuação é a busca pela superação das desigualdades sociais e a promoção da vida dentro do território em que está sediado, cabendo ainda ao CRAS desenvolver e articular ações para a Proteção Social Básica. Tem atenção especial dentro do CRAS às pessoas com deficiência e idosas que recebem Benefício de Prestação Continuada (BPC), perpassando por ações socioeducativas com grupos geracionais, intergeracionais e grupos com interesses comuns além das equipes volantes que executam os serviços do PAIF e de outros benefícios (BRASIL, 2005).

Em Cuité, verificou-se que os CRAS realizam acompanhamento das famílias em cada localidade por meio de visitas domiciliares, acompanhamento prioritário a famílias em descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família, busca ativa e oficinas de convivência e de geração de renda para indivíduos nos diferentes ciclos da vida. No CRAS urbano “Joana D’arc da Fonseca”, tem-se os serviços do PAIF, BPC, grupo de gestantes e ainda cursos de geração de renda que são oferecidos ao longo do ano, como por exemplo, de manicure, biscuit, artesanato e cabeleireiro.

Ainda dentro deste equipamento registrou-se a ação “CRAS Volante” que presta serviços na zona rural do município com uma equipe adicional fazendo visitas semanais em diferentes localidades da zona rural, realizando busca ativa das famílias, e dessa maneira desenvolvendo os serviços do PAIF como também demais serviços da Proteção Social Básica. Importa relatar algumas iniciativas particulares de cada serviço, a exemplo dos grupos do CRAS Bujari: Alegria de Viver com idosos, Tricô com mulheres, Meu Bebê com gestantes, Saúde e Renovação com homens e mulheres, Aquarela com Crianças, e ainda a Horta Comunitária Colhendo Cidadania; e do CRAS Serra do Bombocadinho inaugurado em 2014, onde os grupos ainda estão em construção, sendo registrado apenas o grupo Alegria de Viver com idosos.

Em complementação aos serviços da Proteção Social Básica mapeou-se ainda o SCFV para diferentes públicos: SCFV I crianças de 4 a 14 anos, SCFV II para adolescentes de 15 a 18 anos e SCFV III para idosos. Esses serviços são vinculados diretamente à secretaria da Assistência Social, possuindo sede própria e coordenação específica para o desenvolvimento das atividades com cada público.

Desta forma, compondo o conjunto do SUAS com o intuito de estruturar uma rede efetiva de proteção social, os serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade objetivam contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, bem como a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos. No município em estudo, este serviço é representado pelo CREAS “Maria Violeta Barbosa de Sousa” que presta serviços de enfrentamento da violência, de abusos e de exploração sexual contra crianças e adolescentes, orientação e apoio especializado a indivíduos e famílias com seus direitos violados e acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medida sócio - educativa de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade. A equipe executa um projeto intitulado como “Criança Feliz” cujo intuito é desenvolver atividades multidisciplinares com crianças em vulnerabilidade no município, vítimas de abuso ou exploração sexual, para resgatar assim, a autoestima e o convívio social.

Completando a rede de serviços da seguridade social no contexto da SAN, verificou-se ainda, em Cuité, o Programa Bolsa Família, que desenvolve projetos de iniciativa local, a citar o Atelier Social e Jovens Músicos para os titulares do direito, o Programa de Distribuição de Cestas Básicas e o Banco de Alimentos que contribuem para o abastecimento alimentar municipal e visam a SAN de famílias em risco social no município.

Quadro 1: Equipamentos, programas e ações relacionadas com a política de Segurança Alimentar e Nutricional, município de Cuité, 2014

	PROGRAMAS / AÇÕES	EQUIPAMENTO QUE EXECUTA O PROGRAMA	OBJETIVO*	
Proteção Social Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família	CRAS JOANA DÁRC DA FONSESCA BUJARI SERRA DO BOMBOCADINHO	Promover a oferta de ações e serviços básicos continuados para famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social na unidade do CRAS	
	Benefício de Prestação Continuada	CRAS JOANA DÁRC DA FONSESCA BUJARI SERRA DO BOMBOCADINHO	Melhorar a qualidade de vida de Idosos ou crianças dependentes com problemas físicos ou mentais, por meio de transferência de renda	
	CRAS Volante	CRAS JOANA DÁRC DA FONSESCA	Prestar serviços no território de abrangência do referido CRAS, e desenvolver o Serviço da PAIF e demais serviços de Proteção Básica	
	Serviço de Convivência e Fortalecimento para Idosos	CRAS JOANA DÁRC DA FONSESCA BUJARI SERRA DO BOMBOCADINHO	Contribuir para um processo de envelhecimento ativo, saudável e autônomo	
	Grupo de Gestantes	CRAS JOANA DÁRC DA FONSESCA BUJARI	Oferecer informações referentes à gestação e aos cuidados com o bebê, possibilitar a troca de experiências entre as gestantes e, principalmente, fortalecer o vínculo entre a mãe e o bebê	
	Grupo de Crianças	CRAS- BUJARI	Complementar as ações de proteção e desenvolvimento das crianças e o fortalecimento dos vínculos familiares e sociais	
	Grupo de Geração de Renda	CRAS JOANA DÁRC DA FONSESCA BUJARI	Reduzir a vulnerabilidade social a grupos	
	Grupo de Adultos	CRAS- BUJARI	Promover qualidade de vida e incentivo a alimentação saudável	
	Horta Comunitária	CRAS- BUJARI	Erradicação da necessidade nutricional e alimentar e geração de renda	
	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo I, II, III	Serviço de convivência e fortalecimento	I: Complementar as ações de proteção e desenvolvimento das crianças e o fortalecimento dos vínculos familiares e sociais II: Complementar as ações de proteção e desenvolvimento das crianças e o fortalecimento dos vínculos familiares e sociais III: Contribuir para um processo de envelhecimento ativo, saudável e autônomo	
	Serviço de Proteção Especial	Grupo de Crianças	Centro de Referência Especializado da Assistência Social “Maria Violeta Barbosa de Sousa”	Resgatar o convívio familiar de crianças vítimas de abuso sexual e resgatar a auto estima e o convívio social
	Seguridade Social Social	Programa Bolsa Família	-	Superação da situação de vulnerabilidade social
Banco de Alimentos		-	Atender eventuais emergências de fome na população	
Distribuição de cestas básicas		-	Atender eventuais emergências de fome na população	

* Fonte: Site MDS; Entrevista com Informantes-chave.

A perspectiva de inserção do nutricionista nos equipamentos da Assistência Social

No tocante a atuação do nutricionista dentro dos equipamentos da SEMAS, o conteúdo referente a seguir são relacionados às categorias *Gestão de Programas* e a *Atenção Alimentar e Nutricional para indivíduos e grupos*.

A primeira parte faz menção a *Gestão de Programas* abordando sobre os possíveis espaços de atuação do nutricionista relacionados ao gerenciamento de diferentes programas e ações dentro da agenda de SAN nos equipamentos da Assistência Social, tendo em vista a experiência dos alunos de nutrição nesses espaços. A segunda parte da discussão realça sobre as potencialidades sobre ótica dos gestores dos equipamentos mapeados, com ênfase nas contribuições que essa parceria tem trazido para a gestão municipal.

Os resultados aqui disponibilizados visam propiciar reflexões a partir da vivência dos gestores com professores e graduandos de nutrição inseridos nos equipamentos em atividades acadêmicas. Nesse contexto, a discussão a seguir sugere promover possíveis reflexões e debates que possam vir a contribuir para o fortalecimento de um novo espaço de atuação do nutricionista.

Gestão de Programas

Com a análise de dados das entrevistas, considerou-se insuficiente às falas relacionadas às funções e as atribuições do nutricionista relativas à *Gestão de Programas*, apesar de no mapeamento terem sido identificados programas como Banco de Alimentos e Distribuição de Cestas Básicas, que visam atender problemas relacionados à fome e à violação de direitos, especialmente o DHAA, que preconiza por uma alimentação digna e de qualidade a população que dela necessita, podendo este espaço ser um campo de inserção do nutricionista como articulador capacitado para direcionar as ações e gerir esses programas.

O Consenso sobre as habilidades e competências do nutricionista no âmbito da Saúde Coletiva (2013) aborda que “a formação em nutrição inclui como objetivo possibilitar aos graduandos o exercício das habilidades e competências gerais, descritas

como sendo de atenção à saúde, tomada de decisões, comunicação, educação permanente, administração e gerenciamento”. Sendo assim, as atividades ligadas à gestão de programas, são colocadas na publicação como parte das atribuições do nutricionista nos serviços ligados a saúde, educação e assistência social.

Estudos sobre a atuação do nutricionista na gestão de políticas pública, ainda são escassos em âmbito nacional. Dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (2010) de políticas sobre o perfil do nutricionista como responsável técnico, apresentando o espaço da assistência social, com um percentual negativo de atuação, apesar deste espaço se relaciona diretamente com políticas públicas de SAN.

Nascimento Bonom, Burlandy et all, citam que o nutricionista deve estar inserido em todas as etapas do processo de SAN: produção, abastecimento, acesso e consumo de alimentos, bem como, na elaboração, implementação, monitoramento e avaliação da política de SAN, onde os serviços geridos pela secretaria de assistência social estão envolvidos, porém verifica-se a ausência de estudos sobre a atuação do nutricionista dentro das políticas de SAN, precisamente na atuação nos diferentes equipamentos que a compõem.

A ausência desse profissional pode comprometer o desenvolvimento da política de SAN a nível local por meio de ações divergentes uma vez que diversos critérios determinam a qualidade alimentar, por exemplo, no Banco de Alimentos no quesito sobre condições de armazenamento dos alimentos, manejo, higienização, entrega, risco nutricional, patologias e todos os demais fatores que podem qualificar os alimentos. O nutricionista é o profissional habilitado que conhece e domina as diferentes legislações que preconizam a segurança final dos alimentos, e o mau gerenciamento dessas ações pode comprometer a efetividade do serviço. A presença do profissional habilitado permite ações planejadas baseadas no conhecimento técnico para esse campo.

Dos oito entrevistados, um dos informantes referiu-se sobre a inserção do nutricionista relacionado à categoria *Gestão de Programas* citando a participação do profissional dentro do programa Compra Direta, que atualmente não está sendo executado no âmbito da secretaria investigada em Cuité, porém segundo o entrevistado no ano de 2009 e 2010, o nutricionista desempenhou um papel importante para o direcionamento de ações de alimentação e nutrição no CRAS.

“(...) no ano de 2009 ou 2010 o município de cuité implementou um CRAS na época eu tive a oportunidade de trabalhar junto com um nutricionista

e eu acredito que nenhum CRAS tinha um nutricionista dentro da equipe e a gente conseguiu desenvolver várias ações na área (...) no programa compra direta onde é bastante importante a atuação do nutricionista para execução (...) esse programa comprava dos agricultores e de algumas entidades da sociedade civil e fazia a distribuição para a comunidade que precisava então acredito que a área da nutrição dentro dos equipamentos da assistência social tende a crescer e nortear as demais ações a serem realizadas ” N6

O programa Compra Direta, que é uma modalidade do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) visa apoiar a agricultura familiar e a formação de estoques de alimentos e garantir com base nos preços de referência, a compra de produtos agropecuários. Esse programa cumpre um importante papel na promoção da SAN, uma vez que fortalece o sistema agroalimentar local, e é focada em promover o acesso a alimentos a população em situação de insegurança alimentar e nutricional, possibilitando a inclusão sócio-produtiva no campo, por meio do fortalecimento da agricultura familiar (MDS, 2015).

Outro informante - chave relatou sobre a precariedade do equipamento Banco de Alimentos no município em estudo. Antes da parceria da SEMAS com a UFCG, este equipamento permaneceu desativado, voltando seu funcionamento em meados de 2014, após a atuação dos estagiários do curso de nutrição nesse equipamento. A gestora aborda ainda que as questões no âmbito da alimentação e nutrição dentro dos serviços de sua responsabilidade não existiam ou não eram realizados, e esta articulação só foi possível depois da parceria estabelecida.

“Não existia antes da parceria as ações de alimentação e nutrição (...), por exemplo, o banco de alimentos a gente via que em 2011 não existia um banco de alimento efetivo existia a situação do emergencial a cesta básica emergencial, e hoje nós temos uma triagem temos visitas temos avaliação então é, diferenciado e antes não existia esse olhar pra nutrição como algo tão importante como nós

temos hoje, e os estagiários que vem que fazem essa ponte com a assistência”N4

O Programa Banco de Alimentos é efetivo no combate do desperdício de alimentos, já que trabalha com arrecadações de gêneros alimentícios considerados impróprios para a comercialização, mas adequados ao consumo humano, e ainda apoia o abastecimento local por meio da integração de programas como PAA e o PNAE, promovendo assim SAN. As entidades socioassistenciais do SUAS tem a responsabilidade sobre o recebimento e separação desses produtos e no oferecimento de alimentos a seus usuários que estejam em situação de insegurança alimentar e nutricional. No quadro de profissionais habilitados segundo o MDS 2015 o nutricionista aparece como um profissional capacitado para atuar neste equipamento. O Banco de Alimentos do município de Cuité tem uma proposta diferente, ele trabalha com recebimento de gêneros alimentícios não perecíveis, que são oriundos de arrecadações em eventos ou festas particulares em lugares públicos, segundo a lei municipal de número 772/09 que trata da criação do Banco Municipal de Alimentos e dá outras providências.

Para Vasconcelos (2002), a participação do nutricionista nos programas governamentais, ligados à política social foi uma etapa importante para o processo de institucionalização das ações em Nutrição no âmbito da rede pública de serviços de saúde e educação. Essa participação em diferentes locais de atuação possibilita a consolidação do espaço desse profissional que ganha destaque, em possíveis locais, que antes não eram percebidas, e essa ampliação dos campos de atuação profissional, é um fato gerador de um crescente processo de ampliação do objeto de trabalho do nutricionista e, conseqüentemente, de uma melhor qualificação das suas habilidades e competências técnico-científicas.

Atenção Alimentar e Nutricional para indivíduos e grupos

Parte dos gestores entrevistados conseguem vislumbrar o diálogo possível das ações de *Atenção Alimentar e Nutricional para indivíduos e grupos* com os equipamentos da assistência social, e direcionam para a perspectiva de atuação em atividades ligadas a orientações sobre cuidado com a saúde, elaboração de cardápios saudáveis, uso de alimentos regionais, geração de renda por meio da agricultura familiar

e acompanhamento nutricional para os diferentes ciclos de vida por meio de palestras, reuniões e atendimento individual coletivo.

Neste sentido a inserção dos estagiários dentro desses equipamentos tem possibilitado uma troca de experiências por meio de diferentes atividades realizadas nesses serviços o qual estão inseridos. Salienta-se que a atuação do profissional nutricionista é vista como uma perspectiva possível, devido à visualização do mesmo atuando junto dentro da equipe multidisciplinar.

“(...) no CRAS da sede estes estagiários fazem o atendimento daquelas pessoas que chegam em situação de vulnerabilidade e fazem a visita e tentam ajudar no sentido de melhorar a alimentação deles com coisas da região que é importante essa visão regional (...) temos ainda estagiários no banco de alimentos que são aqueles que fazem as visitas e fazem a triagem para as famílias que de fato necessitam do banco de alimentos então é de fato tem o olhar do nutricionista ali (...) nós temos também estagiários dentro do CRAS Bujari que é um CRAS especificamente da zona rural que trabalha a agricultura familiar trabalha a horta comunitária (...) temos o estagiário de nutrição dentro do bolsa família com uma ficha de atendimento onde quando é feito peso e altura aquelas pessoas que são identificadas pelo IMC abaixo do peso ou acima do peso em questão de insegurança são encaminhadas para o estagiário da nutrição que está dentro da secretaria de assistência social dentro do bolsa” N4

Em suma as atividades ligadas a *Atenção Alimentar e Nutricional para indivíduos e grupos* foram bem relatadas em todos os equipamentos mapeados, e é apontada como ações positivas dentro dos equipamentos devido à pluralidade de atividades e atribuições desenvolvidas nesses espaços.

“Palestras, reuniões (...) visitas domiciliares (...) acompanhamento nutricional dos beneficiários (...)”
N5

*“(...) acompanhamento e avaliação com o grupo de gestantes (...) oficinas e palestras sobre alimentação saudável com o grupo de idosos (...)”*N3

*“(...) prescrever cardápios pra ver o que é necessário atendendo as necessidades de nossos alunos”*N2

*“(...) desenvolvem ações na área de segurança alimentar e nutricional”*N6

Cabe salientar que as atividades relatadas no âmbito do SCFV I e II se mostraram restritas apenas a elaboração de cardápio dos lanches servidos nesse ambiente. No Programa Bolsa Família, a atenção nutricional é vista por um dos atores envolvidos, como importante apenas na aferição de peso e medidas antropométricas, que são exigências do programa, ao mesmo tempo, que não consegue vislumbrar outras funções que podem, dentro do contexto da SAN, serem desenvolvidas pelo nutricionista. Porém o gestor apesar de não identificar as verdadeiras atribuições do profissional enfatiza a riqueza desta atuação e do quão seria eficaz a integração do profissional na equipe.

Não foi contemplado pelos informantes-chave atividades relativas à área de atuação do nutricionista em Alimentos, que inclui higiene e vigilância sanitária de alimentos, tecnologia de alimentos e técnica dietética entre outras. Esse tipo de atividade se mostra também importante na busca pelo incentivo de práticas alimentares corretas baseadas nas escolhas saudáveis e viáveis para famílias de baixo poder aquisitivo, como trata o Consenso 2013. O conhecimento sobre a tecnologia dos alimentos e técnica dietética pode ser considerado como uma ferramenta eficiente para a geração de renda de famílias vulneráveis à fome e a miséria, uma vez que o nutricionista pode orientar e direcionar como melhor aproveitar e preparar os alimentos, e ainda como esse pode contribuir na melhora da renda familiar.

Atualmente, na rede de atenção à saúde, as ações de alimentação e nutrição têm sido contempladas a partir da publicação da Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde - SUS (Lei 8.080/90), em 1990, quando a vigilância nutricional e a orientação alimentar foram incluídas no campo de atuação desse órgão. O Ministério da Saúde por meio da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) cumpre com o objetivo de promover práticas alimentares saudáveis e a prevenir o controle dos agravos nutricionais relacionados à insegurança alimentar e nutricional de indivíduos. Um dos propósitos da PNAN é estimular ações intersetoriais, com vista ao acesso universal dos alimentos (BRASIL, 2012b).

5.2 Potencialidade de Atuação do Nutricionista

Nesta sessão contemplaremos sobre as potencialidades de atuação do nutricionista dentro dos equipamentos da SEMAS, segundo o olhar dos gestores entrevistados, considerado as atividades desenvolvidas em cada espaço. Classificamos as potencialidades ligadas a: qualificação dos serviços, ampliação das equipes, fortalecimento da intersetorialidade e crescimento e evolução das ações e da política municipal de assistência social.

5.2.1 Qualificação dos Serviços

Nas entrevistas os informantes-chave foram questionados sobre a “atuação do nutricionista nos equipamentos da assistência social”, as respostas se mostraram positivas, colocado por todos como um campo possível e necessário da atuação do nutricionista nos diferentes equipamentos. É citada também a melhora dos serviços depois da parceria, da UFCG com a SEMAS, esse olhar específico dentro das políticas da assistência social pelo nutricionista, e do quanto tem melhorado os serviços e direcionando as demandas de trabalho.

“(...) confesso a você que antes de trabalhar, eu não enxergava a atuação do nutricionista como peça importante mais pela distância que a gente tinha do nutricionista hoje não hoje eu vejo como

uma peça chave fundamental para o desenvolvimento do nosso trabalho (...) e isso é muito bom pra gente, no caso pra mim como gestor do bolsa família que a tanto tempo vinha trabalhando sem esse profissional hoje eu acho que a gente não tem como trabalhar sem ele” N5

Um outro informante cita sobre a surpresa ao trabalhar com este “quase profissional” na equipe multidisciplinar nos equipamentos da assistência social, e a percepção dos demais profissionais de como o nutricionista pode atuar dentro do serviço. Permitindo assim uma aproximação e conhecimento das funções do nutricionista por parte da equipe.

“(...) foi uma surpresa porque uns olham assim o que o nutricionista vai fazer aqui (assistência social) (...) e a gente tem percebido com a chegada desse profissional ou quase profissional na nossa equipe (...) traz um novo olhar que é possível se alimentar bem com pouco, então é enriquecedor a presença do profissional na nossa equipe” N3

O Consenso (2013) traz um olhar, em especial, para a formação do profissional, onde por meio das definições e priorizações das funções específicas do nutricionista, ajudam a trilhar as nuances que envolvem a formação desse profissional em saúde coletiva. Aprimorar a formação profissional contribui para aumentar a eficiência dos resultados e das ações em nutrição de acordo com a área de atuação, tornando melhor e mais relevante seu trabalho.

Ressalta-se que a atuação do nutricionista dentro desses equipamentos da assistência social pode ser visto como um profissional que tem o potencial de diagnosticar casos específicos de risco nutricional e violação de DHAA junto com a equipe multiprofissional. Nesse estudo, verifica-se que devido à presença desse profissional na equipe promoveu um aumento expressivo no diagnóstico de novos casos no município, que requerem cuidado nutricional e que foram encaminhados para a resolubilidade do problema, como foi colocado por alguns gestores dos programas durante as entrevistas quando relatavam sobre as atividades de nutrição desenvolvidas nos serviços da assistência social.

Esse envolvimento na secretaria da assistência social é colocado pelos entrevistados como um momento positivo na formação acadêmica do nutricionista, por proporcionar experiências em áreas diferentes do que os estudos mostram ao longo dos anos, mas comprovando a teoria da necessidade de uma formação multidisciplinar dentro da academia.

“(...) eu acredito que o curso de nutrição aqui ele saiu com um diferencial ímpar porque em nenhum canto que você faça o curso de nutrição tem esse olhar voltado para a assistência social e hoje o curso de nutrição aqui tem esse espaço e o pessoal que passa pela assistência sai de forma diferenciada mesmo (...)”N4

Pádua e Boog (2006) destacam a necessidade de cursos extrapolarem as discussões ideológicas para contribuir para a reflexão crítica sobre a realidade social e a prática profissional do nutricionista com enfoque no campo político social, e não apenas com enfoque em ciências biológicas. Segundo Pedroso e Cunha (2008), o estabelecimento de relações entre as vivências de estágios e os conhecimentos já presentes na estrutura cognitiva do aluno, propicia que este seja protagonista na construção de seu conhecimento.

Qualificar o profissional e os espaços que estes vão atuar, fornece de arcabouço possibilitando ações mais eficazes no âmbito da alimentação e da nutrição, em todas as suas fases, ou seja, da concepção, implementação e avaliação.

5.2.2 Ampliação das Equipes

No processo de concretização de direitos, cabe identificar as possibilidades de novos espaços existentes, em nível local, como um caminho para se construir propostas articuladas de políticas de desenvolvimento integrado e sustentável (TEIXEIRA, 2002) que visam melhorar a qualidade de vida dos diferentes atores envolvidos por meio de ações de responsabilidades compartilhadas, modificando os processos de gerir e cuidar com o usuário. A parceria é identificada com expressões do tipo “fortalece a equipe”; “peça fundamental”; e “avanço”. Esses recortes baixos mostram, a variedade de

pensamentos de como os outros profissionais veem à inserção desse profissional na equipe, atuando junto com eles, e compartilhando as ações, como uma maneira de potencializar as execuções das políticas a nível local.

“(...) é muito boa à participação do profissional na nossa equipe e ainda não é profissional é aluna e às vezes a gente já trata como profissional (...) mas enriquece a fala a orientação junto ao usuário e o impacto disso pro usuário com certeza é positivo (...)” N3

Nas entrevistas, foi colocada à questão das visitas domiciliares realizadas pelos profissionais dos equipamentos para diferentes públicos, colocando a importância da equipe multidisciplinar e o olhar direcionado de cada profissional, ressaltado que essa ação é uma oportunidade de conhecimento para a realidade das famílias, e no caso do nutricionista permite a adequação das condutas para a violação de direitos de acordo com a realidade social. A atuação do nutricionista de maneira geral deve conduzir a uma compreensão e enfrentamento do processo alimentar e nutricional de forma integrada, considerando todos os seus componentes — produção, comercialização, acesso, cultura, valores sociais, etc como apresentado na fala a seguir:

“(...) o olhar do nutricionista em uma visita domiciliar juntamente com o assistente social e o psicólogo já faz toda a diferença porque eu como assistente social por exemplo não tenho esse olhar de entrar na casa de uma pessoa que tem diabetes e ver se ela está se alimentando errado eu ali não posso intervir (...) eu acho de extrema importância à inserção do nutricionista na equipe” N8

Os participantes do estudo “A inserção do nutricionista na estratégia da saúde da família: o olhar de diferentes trabalhadores da saúde”, de Santos (2005) referem-se que a atuação do nutricionista na equipe traz uma melhora na divisão do trabalho da equipe, diminuindo o acúmulo de funções e sobrecarga de atividades dos outros profissionais e com melhoria do atendimento do usuário. Esse estudo foi realizado com diferentes atores da saúde, a citar: médico, enfermeiro, técnico de enfermagem, auxiliar de enfermagem e agentes comunitários de saúde, que apesar de alguns desses profissionais desconhecerem a real função do nutricionista e suas atribuições,

associando ao conceito deste profissional a prescrição de dietas, mas que sua inserção junto à equipe é algo possível, pois na sua ausência abre espaço a outros profissionais da saúde se apropriem, de forma superficial, do conhecimento sobre a alimentação e nutrição.

O trabalho em equipe dentro das unidades de saúde permite o deslocamento do processo de trabalho centralizado no usuário, e não em procedimentos profissionais (PEDUZZI, 2001). Dentro da equipe, existem as atividades específicas de cada profissão, como também as atribuições coletivas como cita Andrade, Quandt, Campos et all (2012) e Sampai, Marcolino (2012), trazendo as competências comuns a identificação dos problemas de saúde e situações de risco mais comuns, reconhecendo a realidade das famílias pelas quais são responsáveis, e construindo coletivamente um planejamento para enfrentamento dos problemas.

Os NASF que tem seu objetivo baseado na consolidação da Atenção Básica no Brasil, ampliando as ofertas de saúde na rede de serviços e reforçando os processos de territorialização e regionalização em saúde. O NASF é uma estratégia inovadora, sendo composto por equipes multiprofissionais, que atuam de forma integrada com os profissionais das equipes Saúde da Família, apoiando-as e compartilhando saberes. O trabalho do NASF tem como foco, no apoio matricial, que é a ampliação de competências/capacidades das equipes de saúde para lidar com problemas clínicos e sanitários, e por isso a importância da equipe multiprofissional. A integração das equipes possibilita a realização de discussões de casos clínicos, por meio do atendimento compartilhado entre profissionais seja na unidade de saúde, ou nas visitas domiciliares, ampliando dessa forma as intervenções no território (BRASIL, 2010b).

Outro informante-chave entrevistado coloca ainda que a atuação desse profissional na equipe é uma forma de diminuir o diálogo entre os setores, concentrando as atividades na assistência sem dialogar com a saúde e demais setores, trazendo uma concepção negativa, tendo em vista que o pensamento é de atividades, ações e atendimentos restritos no seu setor, sem que haja interdisciplinaridade entre os setores.

“A comunidade ela sabendo usufruir desses trabalhos ela tem uma vantagem grande porque ao invés de estar sempre procurando o posto de saúde ele vai ter esses profissionais bem mais próximo (...) seria bem mais fácil seria bom que eles nos

procurasse aqui pois iam ser atendidos bem mais facilmente” N5

Diversos estudos investigam sobre a percepção de diferentes profissionais sobre o papel e a atuação do nutricionista. Os resultados evidenciam que na maioria dos casos muitos profissionais nunca tiveram a oportunidade de atuarem juntos, ou tiveram contatos mínimos. Santos (2007) retrata sobre o desconhecimento por parte dos outros profissionais acerca das atribuições do nutricionista por meio de uma experiência de residência multiprofissional em Saúde da Família no município de São Paulo - SP, colocando que, das nove categorias participantes do programa parte desconhecia quais as verdadeiras atribuições do nutricionista. Desta forma ampliar as equipes com novos profissionais se mostra um passo importante para a melhora do trabalho ofertado a população, para a divisão de tarefas e principalmente no direcionamento correto de funções específicas cabíveis a cada profissional.

5.2.3 Fortalecimento da Intersetorialidade

O campo da Alimentação e Nutrição em Saúde Pública requer uma ampla articulação intra- e intersetorial, pois a melhoria das condições de alimentação e nutrição da população brasileira requer o envolvimento de outros setores. Desta forma a presença do nutricionista nas equipes multiprofissionais na saúde e na assistência social vem a fortalecer a intersetorialidade, compreendido da seguinte forma por um gestor entrevistado:

“(...) é preciso criar uma consciência de que a mesma Maria que é atendida na assistência é a mesma Maria da educação e a mesma que vai para a saúde eu acho que quando a gente implementar ações intersetoriais vai fortalecer bastante o objetivo geral que é conscientizar ou informar às famílias que nos procuram” N3

Um trabalho feito na cidade de Lagoa Seca - PB por Batista (2012) traz contribuições acerca da questão da atuação do NASF junto com equipamentos da área da saúde e aponta a necessidade de articulação com diferentes órgãos e instituições,

trazendo a experiência sobre a importância do aleitamento materno, fruto de uma parceira do CRAS e o NASF. O estudo mostra uma parceria rica entre dois equipamentos, e o êxito dos trabalhos desenvolvidos nesse município, mostrando dessa forma de como é importante o avanço na articulação das políticas entre os setores. Vale salientar que o nutricionista está presente na equipe do NASF, não ficando claro se existe ou não, esse profissional na equipe do CRAS. Essa atuação intersetorial é uma articulação nova, e existem poucos estudos na literatura a respeito. É possível encontrar na literatura, estudos que abordam a parceria do NASF com as equipe de saúde da família (atenção primária), como relatado por Farias (2012), Viera, Machado, Bezerra et all (2011), Fagundes (2013), Bastos (2014), entre outros autores.

Na perspectiva de trabalhos em redes com os diferentes setores, nas entrevistas não foi possível identificar nenhuma ação ou relação existentes entre o NASF e os equipamentos da assistência social no município em estudo, no sentido do desenvolvimento de políticas públicas articuladas e intersetoriais no campo na alimentação e nutrição. Ressaltando ainda, que parte dos informantes-chave trouxeram a discursão sobre a necessidade de fortalecer os vínculos intersetoriais, colocando a questão do compartilhamento de demandas, como um pontencializador de ações no território. Foi abordado ainda, que falta esclarecimento ao usuário que passa pela atenção básica, pois ele pode ser o mesmo que passa pelo NASF e pelo CRAS, e ações compartilhadas melhoram a qualidade do serviço oferecido, racionalizando as demandas excessivas e as esperas por atendimento, e ainda um passo importante para impulsionar a organização das ações de nutrição nos serviços de saúde.

Argumenta-se que a atuação desse profissional dentro do campo da alimentação e nutrição no espaço da assistência social, não vem restringir e sim para compartilhar as atividades, as ações e os programas fortalecendo assim o desenvolvido das políticas de SAN a nível local. Portanto os parceiros envolvidos nesse campo irão se co-responsabilizar de alguma forma pela ação, de acordo com as suas competências institucionais e individuais de cada setor, compartilhando assim as demandas, onde cada parceiro envolvido se compromete e contribui com estratégias de promoção da alimentação adequada e saudável no território.

É válido enfatizar, que a questão da verdadeira atuação do nutricionista nesses serviços, não é o atendimento de demandas da saúde. Existem demandas específicas que podem ser desenvolvidas na perspectiva da assistência social, como por exemplo, educação alimentar e nutricional como uma estratégia de socialização e resgate de

grupos de crianças, idosos e mulheres em situação de violação de direitos. Enfatiza-se aqui a questão de não sobrepor a demanda na saúde, como também não trazer essa demanda para os equipamentos da secretaria de assistência social, mas expor a posposta do trabalho interdisciplinar e intersetorial com demandas específicas em cada setor, ampliando a proposta de atenção à saúde, por meio de redes de serviços que podem favorecer a efetivação das ações de alimentação e nutrição nos diferentes setores. A aproximação do nutricionista dentro do campo das políticas da assistência social permite o conhecimento da realidade ao qual o usuário, a família e a comunidade vivem, e pode ser visto como uma possibilidade de ações direcionadas na construção de estratégias de intervenção eficazes de acordo com a realidade local.

O processo de construção de ações intersetoriais implica a troca e a construção coletiva de saberes, linguagens e práticas entre os diversos setores envolvidos com o tema, de modo que se torne possível produzir soluções inovadoras quanto à melhoria da qualidade da alimentação e vida. Por meio das ações do CRAS é possível trabalhar questões relativas à SAN, abordando temáticas sobre Educação Alimentar e Nutricional, por meio de diferentes parceiros locais, uma vez que diversos programas e ações governamentais servem como uma ponte positiva na abordagem da educação alimentar e nutricional nos serviços sociassistenciais (BRASIL, 2014).

5.2.4 Crescimento e evolução das ações e da Política da secretaria municipal de Assistência Social

A inserção dos estagiários de nutrição no município em estudo dentro dos equipamentos da assistência social permitiu uma maior aproximação da equipe com os profissionais de nutrição, possibilitando um rompimento da visão restrita sobre a área e, conseqüentemente, aumentando o conhecimento sobre o campo da alimentação e nutrição colaborando para o crescimento e evolução das ações e da política da secretaria municipal de assistência social, como relatada em uma entrevista:

“(...) a gente não tinha essa percepção antes de como seria feito é como a gente poderia englobar a nutrição dentro da assistência antigamente na história da assistência tinha essa questão da

alimentação como caridade mesmo e hoje não nós temos essa percepção de como um direito” N4

Um informante – chave fala que vê essa parceria como um momento de crescimento e evolução dentro da secretaria de Assistência Social por meio da efetivação das ações na busca pela concretização de direitos para a população. Do quanto à parceria tem sido importante para o município devido à vulnerabilidade da população.

“(…) percebo um grande avanço assim que está acontecendo na política da assistencial social juntamente com as parcerias que hoje temos como a UFCG avanço não só na questão do acesso ao alimento mas também sobre ao acesso de informações de como ter uma alimentação correta com os alimentos que são disponíveis no município (…)” N6

Como exemplo desta evolução, temos no município em estudo as ações do CRAS Bujari, na comunidade Três Marias, com a Horta Comunitária “Colhendo Cidadania”, que se torna um aliado importante das políticas públicas para garantia do DHAA. Essa horta é fruto da ação conjunta dos moradores que plantam, comercializam e consomem seus produtos, esta nasceu da parceria com atividades permanentes em educação alimentar do curso de nutrição e a Assistência Social. Mostrando que, o planejamento em ações de SAN são subsídios para a atuação do nutricionista, onde por meio de atividades de orientações e da educação alimentar é possível criar mecanismos que contribuem para a construção de diferentes formas de garantir o acesso a uma alimentação adequada e saudável. Esta ação da horta comunitária é colocada em destaca por um informante - chave como um diferencial da atuação das estagiárias de nutrição dentro dos serviços, e menciona o prêmio que o CRAS - Bujari ganhou em âmbito nacional, como um crescimento notório devido essa visualização de campo de estágio nos equipamentos da assistência social.

“(…) essa questão dos estágios aqui dentro tem sido de fato muito importante e que dar todos os

coordenadores de curso tivessem esse mesmo olhar que o do curso de nutrição tiveram em botar o campo de estágio dentro da assistência social (...) eu acredito que esse diferencial que a gente tem hoje faz toda diferença pra vida dos nossos usuários quer seja do bolsa família quer seja do CREAS do CRAS da agricultura familiar e isso é visto e se torna notório quando no começo desse ano agora em abril, o CRAS do bujari ganhou uma premiação a nível nacional (...) com a horta comunitária dentro do CRAS e foi um serviço realizado dentro do CRAS do e dentro do curso de nutrição” N4

O nutricionista dentro das equipe da assistência social se torna importante para condutas de superação da violação de direitos, promovendo assim crescimento e fortalecimento da comunidade assistida e também dos serviços geridos a nível municipal que consegue de forma diferenciada trocar conhecimento com outras áreas e fortalecer as ações e programas na garantia de direitos humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações de alimentação e nutrição envolvem todos os setores da assistência social e é identificada pelos gestores entrevistados como ponto importante para o desenvolvimento de políticas a nível local que visam garantir os direitos socioassistenciais. Os resultados desta pesquisa permitiram visualizar como o trabalho desenvolvido na SEMAS de Cuité vem ocorrendo por meio da parceria do curso de nutrição, realizando inúmeras atividades desde de 2010.

Segundo a ótica dos entrevistados a perspectiva de inserção deste profissional nos equipamentos da assistência social é algo positivo, uma vez que se é possível vislumbrar sua atuação ligada ao gerenciamento de programas e ações dentro da agenda da SAN, que é um dos eixos estruturantes da assistência social. Vale ressaltar que durante as entrevistas foram elencadas inúmeras potencialidades - como a ampliação da equipe - cabendo ao nutricionista contribuir para superação da violação de direitos, fortalecendo a intersetorialidade por meios de ações compartilhadas que revigora o desenvolvimento das políticas de SAN.

A experiência das atividades de nutrição dentro dos equipamentos da assistência social apontam para a possibilidade de apreender diferentes olhares e perspectivas na direção do diálogo interdisciplinar, tendo o intuito de romper a formação tradicional permitindo que os acadêmicos tenham condições de responder a novas demandas que surgem. Os projetos de extensão, pesquisa, prática e estágio supervisionado são um diferencial da gestão local em parceria com o Campus da UFCG, visto propiciar uma formação diferenciada do nutricionista, quando comparado a distintos cursos de outros campus de expansão universitária. Pois ao abrir esse espaço de discussão, amplia-se, qualifica e melhora a formação dos acadêmicos permitindo que o universitário adquira habilidades para atuar em políticas e programas fundamentados na SAN.

O mercado de trabalho passa por um momento em que os modelos antigos de atuação estão em transformações e o profissional precisa estar preparado para enfrentar essas demandas que surgem em novos espaços. Assim, a parceria da assistência social com a UFCG, mostrou-se bastante relevante, visto que a profissão do nutricionista vem galgando novos rumos e tentando adequar-se ao novo perfil exigido pelo mercado de trabalho, que infelizmente nem sempre é contemplado na graduação.

Diante disso, percebeu-se que a vivência de trabalhar junto com a secretaria de assistência social foi fundamental para o envolvimento da autora em desenvolver este trabalho, visto a participação em projetos de extensão junto a esta secretaria. Foi uma vivência que a instigou na construção de um pensamento crítico e no descobrir como as políticas sociais podem ser eficazes na construção da cidadania e no fortalecimento de vínculos nas comunidades.

Acredita-se na importância desse tipo de vivência durante a academia como uma forma de avançar o olhar na nutrição para outras áreas. Nesse caminho viajante que perpassa a nutrição através dessa experiência pode-se construir um conhecimento pessoal à medida que avançava no compreender do outro durante as atividades junto às equipes assistenciais, trazendo na bagagem uma vivência ímpar devido esta aproximação, que antes eu não era percebida. E como colocado por uma gestora na entrevista:

(...) eu acredito que seja um sonho e é um sonho possível de se sonhar que o nutricionista acabe integrado mais esses equipamentos da assistência social (...) N4

Por fim, ficou evidente - pela percepção dos profissionais- a importância das ações de alimentação e nutrição nos equipamentos de assistência, tendo em vista que a inserção do nutricionista se mostrou eficaz, necessária e possível como uma forma positiva de atuar interdisciplinarmente. Esse é principal foco do estudo, deixar claro que com essa parceria é possível perceber que existem demandas nas SEMAS voltadas para a nutrição que podem dialogar facilmente com as demandas da saúde, sem restringi-las ou suprimi-las. Mas integrando-se, de maneira que vise à melhora na realização dos serviços ofertados ampliando a proposta de atenção à saúde por meio de redes de serviços que podem favorecer a efetivação das ações de alimentação e nutrição nos diferentes setores.

Ressalta-se aqui sobre uma pesquisa com os trabalhadores do SUAS 2014, que mostrou a atuação de diversos profissionais na assistência social, porém ainda não é possível identificar a presença do nutricionista dentro desses equipamentos, como acontece na cidade de Cuité. A diversidade dentro das políticas públicas e a formação generalista do nutricionista, talvez sejam o caminho para que esse campo da alimentação e nutrição seja ocupado, por um profissional devidamente habilitado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NUTRIÇÃO. **Histórico do nutricionista no Brasil- 1939 a 1989**: coletânea de depoimentos e documentos. 1ed. São Paulo: Atheneu: 1991.

AKUTSU, R.C. **Valores organizacionais e atenção dietética**: estudo de um caso em empresas petroquímicas. Dissertação de Mestrado. Escola de Nutrição: Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

AMORIM, S.T.S.P.; MOREIRA, H; CARRACO T.E.; A formação de pediatras e nutricionistas: a dimensão humana. **Rev. Nutri** (Campinas) V.14, n 1, p 111- 118, 2001.

ANDRADE L.M.B.; QUANDT F.L.; CAMPOS D.A.; et all. Análise da implantação dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família no interior de Santa Catarina. **Saúde & Transf. Social**, Florianópolis: 2012.

BASTOS, C. M.M.; **Insegurança Alimentar e Nutricional e fatores associados em famílias do Núcleo Rural Agrícola Lamarão, no Distrito Federal**. 2014. (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília. BRASÍLIA, 2014.

BATISTA, K. H. dos S. **A percepção das usuárias do Centro de Referência de Assistência Social de Lagoa Seca/PB acerca da importância do aleitamento materno**. 2012. 30f. (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2012.

BRASIL. Lei n. 8742, de 7.12.1993. **Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS**. Diário Oficial da Republica Federativa do Brasil. Brasília, 1993.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Enfermagem, Medicina e Nutrição. Brasília- DF: **Ministério da Educação**, 2001.

BRASIL. Ministério do desenvolvimento social e combate à fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social- PNAS/ 2004**. Norma Operacional Básica- NOB/ SUAS. Brasília, novembro, 2005.

BRASIL. Lei n.11346, de 15.09.2006. **Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional- LOSAN**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 2006.

BRASIL. Portaria nº 154 de 24 de Janeiro de 2008. Cria os Núcleos de Apoio à Saúde da Família - NASF. Diário Oficial da União 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nacional. **Construção do Sistema e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: a experiência brasileira**. Brasília, novembro de 2009.

BRASIL. Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. – 1. ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009b.

BRASIL. Ministério do desenvolvimento social e combate à fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional- SISAN: diagnóstico de implantação no âmbito estadual**. Brasília, 2010a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção á Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Diretrizes do NASF: Núcleos de Apoio á Saúde da Família**. Brasília: Ministério da Saúde; 2010b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate á Fome. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional- 2012/2015**. Brasília, DF: CAISAN, 2011. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas- Brasília; DF: MDS; **Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional** 2012a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária de Atenção á Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Brasília: **Ministério da Saúde**, 2012b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Educação Alimentar e Nutricional: o direito humano a alimentação adequada e o fortalecimento de vínculos familiares nos serviços socioassistenciais. Caderno de Educação Alimentar e Nutricional. **Ministério de Desenvolvimento Social**, 2014.

BOOG M.C.F. Atuação do nutricionista em saúde pública na promoção da alimentação saudável. **Revista Ciência & Saúde**, Porto Alegre; 2008.

CONSELHO FEDERAL DOS NUTRICIONISTAS. Nutricionistas conquistam novos segmentos e enfrentam desafios. **Jornal do CFN**. Brasília, ano II, n. 4, p.9-11, 2001.

CONSELHO FEDERAL DOS NUTRICIONISTAS Resolução nº 334 do Conselho Federal de Nutricionistas. Dispõe sobre o código de ética do nutricionista. **Diário Oficial da União** 2004.

CONSELHO FEDERAL DOS NUTRICIONISTAS. Resolução CFN N°380/2005 do Conselho Federal de Nutricionistas. Dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, estabelece parâmetros numéricos de referência, por área de atuação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União** 2005.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS- CFN. Inserção profissional dos nutricionistas no Brasil. Brasília: CFN; 2006a.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS- CFN. Perfil da atuação profissional do nutricionista no Brasil. Brasília-CFN, 2006b.

CONSELHO FEDERAL DOS NUTRICIONISTAS. Profissionais: números de nutricionistas e TND. [on line]. Disponível em : <http://www.cfn.org.br/eficiente/sites/cfn/pt-br/site.php?secao=estatisticas>. Acessado em maio de 2014.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. Resolução CFN nº 380/2005 Dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, estabelece parâmetros numéricos de referência, por área de atuação, e dá outras providencias.

CONSEA, Brasil. II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Relatório Final. Olinda, Pernambuco, 2004.

COUTO, B. R.; YAZBEK, M. C.; SILVA, M. O.S; et all. O Sistema Único de Assistência Social no Brasil [livro eletrônico]: uma realidade em movimento. -- 1. ed.--São paul: Cortez, 2013.

FARIAS, P. B. **Atuação do nutricionista em equipe multiprofissional na atenção básica de saúde**. 2012. Tese (Mestrado em Saúde Pública)- Universidade de São Paulo/ Faculdade de Saúde Pública, 2012.

FAGUNDES, A. A. **A atuação do nutricionista nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF)**. 2013. Tese (Mestrado em Pós-Graduação em Nutrição Humana) - Universidade de Brasília – UnB. Faculdade de Ciências da Saúde, 2013.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA Educação – FNDE. Acessado em janeiro de 2015. Disponível em: >>http://www.cfn.org.br/eficiente/repositorio/Noticias/palestras_encontro/711.pdf<<

GEUS L. M. M.; MACIEL C. S.; BURDA, I. C. A.; et all. A importância na inserção do nutricionista na Estratégia Saúde da Família. **Ciênc. saúde coletiva** vol.16 supl.1 Rio de Janeiro 2011.

GOUVEIA, E. L. C. **Nutrição Saúde & Comunidade**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revinter, 1999.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA -IPEA.**Políticas sociais: acompanhamento e análise**. Brasília, DF, (Documento de políticas sociais – acompanhamento e análise, nº 16) nov. 2008. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/05_Assistencia_Social_e_Seguranca.pdf Acessado em outubro de 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003 (online)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios 2008**: síntese dos indicadores. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Segurança Alimentar 2004/2009**. Rio de Janeiro. 2010.

MALUF, RS & REIS MC. **Conceitos e Princípios de Segurança Alimentar e Nutricional**. In: Segurança Alimentar e Nutricional – perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas. Editora Fiocruz. 2013

MINAYO, M.C.S. O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde. 9ª ed. São Paulo: **Hucitec**; 2006.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. Acessado em janeiro de 2015. Disponível em: >><http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/decom/paa><<

NASCIMENTO, A. dos S.; BONOMO, E.; BURLANDY, L.; OLIVEIRA, R. M.de V.C.; Mais saúde para o seu Município. Sistema de Conselhos Federal e Regional de Nutricionistas. Brasília/DF. Disponível em <http://www.cfn.org.br/eficiente/repositorio/Cartilhas/743.pdf>

NUNES, E.A.; ARAUJO, L. Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e Sistema Único de Assistência Social (SUAS): uma integração possível. V jornada Internacional de políticas Públicas. 23 a 26, 2011. Disponível em: >>http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/QUE_STA0_AGRICOLA_E_AGRARIA_SEGURANCA_E_POLITICAS/SISTEMA_DE_SEGURANCA_ALIMENTAR_E_NUTRICIONAL.pdf. << Acessando em novembro de 2014.

PADUA, J.G.; BOOG, M.C.F. Avaliação da inserção do nutricionista na Rede Básica de Saúde dos municípios da Região Metropolitana de Campinas. **Rev. Nutr.**, v.19, n.4, p.413-24, 2006.

PEDROSO, M.B.; CUNHA, M.I. Vivendo a inovação: as experiências no curso de nutrição. Interface – Comunic., **Saúde, Educ.**, v.12, n.24, p.141-52, 2008.

PEDUZZI M. Equipe Multiprofissional de saúde: conceito e tipologia. **Rev. Saúde Pública**, 2001.

PEREIRA, L. D. Políticas Públicas de Assistência Social brasileira: avanços, limites e desafios. 2004. Disponível em:
>> <http://www.cpihts.com/pdf02/larissa%20dahmer%20pereira.pdf><<. Acessando em outubro de 2014.

RECINE, E.; MORTOZA, A. S.; Consenso sobre habilidades e competências do nutricionista no âmbito da saúde coletiva – Brasília: Observatório de Políticas de Segurança e Nutrição, 2013.

REVISTA DO CRN2. Publicação oficial do Conselho Regional de Nutricionistas, 2º Região. Rio Grande do Sul e Santa Catarina: nº19: Junho de 2009.

____Resolução CFN nº 334/2004. Dispõe Sobre O Código De Ética Do Nutricionista E Dá Outras Providências.

RIZZOTTI, M. L. A.; SILVA, T. G.M.; A vigilância social na política de assistência social: uma aproximação conceitual. Serv. Soc. **Rev. Londrina**, V. 15, N.2, P. 130-151, Jan./Jun. 2013

SAMPAIO J, SOUSA C.S.M., MARCOLINO E.S., MAGALHÃES F.C., *et al.* O NASF Como Dispositivo da Gestão: Limites e Possibilidades. **Rev. Bras. Ciências da Saúde**, 2012.

SANTOS, A. C. A inserção do nutricionista na estratégia da saúde da família: o olhar de diferentes trabalhadores da saúde. **Fam. Saúde Desenv.**, Curitiba, v.7, n.3, p.257-265, set./dez. 2005.

SANTOS; I.G. Residência multiprofissional em Saúde da Família e a inserção da nutrição. **Nutrição: da promoção a assistência a saúde**. São Paulo: RCN Editora; 2007.

SILVA, N.F. O que o nutricionista faz pelo Brasil. Brasília: **Conselho Federal de Nutricionistas**; dez. 2008. Disponível em: >><http://www.cfn.org.br/eficiente/repositorio/Artigos/55.pdf> Acessado em maio de 2014.<<

TEXEIRA, E. C.; O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade, 2002. <http://www.escoladebicicleta.com.br/politicaspUBLICAS.pdf>

TEIXEIRA, S.; MILET, Z.; CARVALHO, J.; BISCONTINI, T.M. **Administração aplicada às unidades de alimentação e nutrição**. São Paulo: Ed. Atheneu, 2007.

TEIXEIRA, S. M.; Trabalho Interdisciplinar nos CRAS: um novo enfoque e trato à pobreza? **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 9, n. 2, p. 286 - 297, ago./dez. 2010

TOLOZA, D. C.; **Nutricionista**: um histórico da profissão até os dias atuais. 2003. Monografia - Universidade de Brasília. Centro de Excelência em Turismo. Brasília, 2003.

__Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Texto da RESOLUÇÃO Nº 109, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009. Publicada no Diário Oficial da União em 25 de novembro de 2009.

Acessado em janeiro de 2015. Disponível em:

>><http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/servicos/protecao-e-atendimento-integral-a-familia-paif/arquivos/tipificacao-nacional.pdf/download><<

VASCONCELOS, F.A.G. O Nutricionista no Brasil: uma análise histórica. **Rev Nutr.** 2002.

VIEIRA, R. P.; MACHADO, M.F.A.S.; BEZERRA, I.M.P.; et all. Assistência à saúde e demanda dos serviços na estratégia saúde da família: a visão dos adolescentes. **Cogitare Enferm.** 2011 Out/Dez.

APÊNDICES

Apêndice 1: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Apêndice 2: Termo de Autorização para uso das declarações de voz

Apêndice 3: Roteiro de entrevista com os Informantes-chaves

Apêndice 1: Roteiro de entrevista com os Informantes chaves

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE- CES
DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO

**PESQUISA: ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO NOS EQUIPAMENTOS E PROGRAMAS
DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: um estudo de caso no município de
cuité- PB.**

PERFIL DEMOGRÁFICO E PROFISSIONAL

1. Nome: _____
2. Data de nascimento: ____/____/____
3. Sexo: () feminino () masculino
4. Estado Civil: () Solteiro () Casado () Divorciado () Viúvo
5. Naturalidade: _____
6. Formação: _____ Ano de Formação: _____
7. Instituição de formação (graduação): maior nível de formação, instituição e área:
() somente graduação: _____
() especialização, instituição e área: _____
() mestrado, instituição e área: _____
() doutorado, instituição e área: _____
() outros, instituição e área: _____
8. Local de trabalho: _____
9. Cargo: _____
10. Tempo de serviço na equipe: _____
11. Quais os profissionais que compõem a sua equipe de trabalho:
() Assistente Social
() Psicólogo
() Pedagogo
() Advogado
() Educador Físico
() Outro profissional: Qual(is): _____

PERCEPÇÃO DO PROFISSIONAL:

- 1- Quando você pensa em "**A temática da alimentação e nutrição nos equipamentos de Assistência Social**", o que lhe vem à mente?
- 2- Como a equipe deste serviço tem desenvolvido as temáticas e as ações do campo da alimentação e nutrição atualmente?
 - a. Existe parceria com outras redes de atenção, como saúde e educação? Quais as ações de nutrição e alimentação desenvolvidas especificamente com esta parceria? Quais redes? Como se dá essa articulação? Essas ações são esporádicas ou tem caráter permanente?
 - b. Existe parceria com a UFCG? Quais as ações de nutrição e alimentação desenvolvidas especificamente com esta parceria? Essas ações são esporádicas ou tem caráter permanente? São realizadas por estagiários ou por projetos?
 - c. Se relatou a parceria com UFCG, perguntar como se davam as ações anteriormente.
- 3- O senhor (a) poderia definir algumas potencialidades e fragilidades no desenvolvimento dessas temáticas e na execução das ações?
- 4- O desenvolvimento desta temática da alimentação e nutrição na sua opinião traz um diferencial (melhorias) para os trabalhos da Assistência Social? Para a comunidade? Poderia citar um exemplo.
- 5- Quando você pensa em "**A atuação do nutricionista nos equipamentos de Assistência Social**", o que lhe vem à mente?

Apêndice 2 : Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE- CES
DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO

PESQUISA: ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO NOS EQUIPAMENTOS E PROGRAMAS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: um estudo de caso no município de cuité- PB.

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa: Alimentação e Nutrição nos serviços de Assistência Social: um estudo de caso, desenvolvida pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), pela aluna de graduação em Nutrição, Talyta Fernandes de Azevêdo sob coordenação da professora Mestre Poliana de Araújo Palmeira, cujo objetivo principal é analisar as potencialidades da inserção do profissional nutricionista no campo e nos serviços da assistência social, visando contribuir para o aprimoramento de ações no âmbito de alimentação e nutrição, como prática profissional.

A participação na pesquisa não oferece nenhum risco aos profissionais. Todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa são fornecidos pela pesquisadora, sendo assegurado a todos os profissionais o anonimato havendo omissão total de quaisquer informações que permitam identifica-los (as). Os dados coletados serão utilizados exclusivamente para a realização desse trabalho e serão divulgadas apenas em análise agrupada, no trabalho de conclusão de curso, em relatórios, publicações e em artigos científicos. Logo nenhum profissional terá seus dados divulgados individualmente, sendo garantido o anonimato e a preservação das informações declaradas.

Foi-me garantido que minha participação é livre, voluntária e pessoal, e que poderei retirar meu consentimento a qualquer tempo, tendo meus direitos preservados, sem penalidades ou prejuízos a minha pessoa. Para comunicar a desistência, tirar dúvidas ou obter mais informações a respeito da pesquisa é possível entrar em contato com a coordenadora da pesquisa, Poliana de Araújo Palmeira, por meio do e-mail: palmeira.poliana@gmail.com, telefone: 83-33721900.

Contato do comitê de ética:

CEP/ HUAC - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos.

Rua: Dr. Carlos Chagas, s/n, São José. Campina Grande- PB. Telefone: (83) 2101-5545

AUTORIZAÇÃO DE CONSENTIMENTO

Eu _____, Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste entrevistado para a participação da pesquisa: Alimentação e Nutrição nos serviços de Assistência Social: um estudo de caso.

Assinatura do entrevistador

Assinatura da (o) entrevistada (o)

Cuité, _____ de _____ 2014

Apêndice 3: Termo de Autorização para uso das declarações de voz

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE- CES

DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO

**PESQUISA: ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO NOS EQUIPAMENTOS E PROGRAMAS
DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: um estudo de caso no município de
cuité- PB.**

AUTORIZAÇÃO PARA O USO DAS DECLARAÇÕES DE VOZ

Eu, _____

Portador do RG nº: _____ e CPF nº _____,
residente _____ no _____ (a)

_____, Cidade/UF: _____ Telefone: _____

_____, concedo, neste ato, a qualquer tempo, à Talyta Fernandes de Azevêdo, da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), única e exclusivamente para contribuição na pesquisa: Alimentação e nutrição nos serviços de assistência social: um estudo de caso, os direitos sobre as declarações gravadas nas Entrevistas ou Grupo Focal, que serão transcritas e utilizadas de forma agrupadas no trabalho de conclusão de curso, em relatórios e artigos. A participação nesta pesquisa é voluntária e você não terá nenhum benefício ou prejuízo em participar.

Responsável pela pesquisa:

Poliana de Araújo Palmeira
palmeira.poliana@gmail.com – 83-33721900 – Universidade Federal de Campina Grande- Centro de Educação e Saúde

Contato do comitê de ética:

CEP/ HUAC - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos.
Rua: Dr. Carlos Chagas, s/n, São José. Campina Grande- PB. Telefone: (83) 2101-5545

Cuité, _____ de _____ de 2014.